

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 133

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE OUTUBRO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Antonio Carlos Baratter</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Tiago Amorim Novaes; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Neivo Beraldin - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada (licenciado); PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02: Chico Noroeste - Miltinho Puppio; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 01: Pastor Edson Praczyk.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 089ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
05 DE OUTUBRO DE 1999**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2043

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário,

respeitosamente, REQUER preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 009/99, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que dispõe sobre a Instituição do Programa Estadual de Incentivo a Cultura, item 04 da Ordem do Dia da Presente Sessão Ordinária.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.10.99.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 2023

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Hélio Peixoto da Silva, do Município de Santana do Itararé, com votos de profundo pesar pelo falecimento de Edson de Jesus Silveira.

Sala das Sessões, em 05.10.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Pertencente a uma grande e tradicional família, Edson de Jesus Silveira deixa como legado uma vida de correção, honestidade e integridade.

Sempre teve uma vida repleta de exemplos de comportamento e espírito comunitário. Pessoa bem relacionada, com disposição para viver em comunidade, era bem quisto por todos. Participava ativamente das boas ações do seu município. Semeou junto à população ao longo da sua existência as sementes do bem.

Por intermédio deste Deputado, a Assembléia Legislativa do Paraná, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar que se abaterem sobre a família Peixoto, endereçando a ela, através do Senhor Hélio Peixoto da Silva, votos de sentidas condolências, rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 2027

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento de Salete Regina Dallalibera, ocorrido em 3 de outubro do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência a seus familiares, através de correspondência encaminhada à Senhora Reni Boza Dallalibera, Rua Valentim Boza, 38 - CEP 82400-130 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, 05.10.99.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 2042

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata desta sessão, voto de pro-

fundo pesar pelo falecimento do Doutor Antônio Salomão.

Requer mais que da manifestação desta Casa seja dado conhecimento à família enlutada, no endereço abaixo.

Sala das Sessões, em 05.10.99.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Faleceu dia 4 de outubro, aos 78 anos, o médico Antônio Salomão. Era filho de Moyses Salomão e Nadia Abraão Salomão. Com um currículo extenso nos seus mais de 60 anos dedicados à medicina, era escritor e poeta.

Participou de sua comunidade incansavelmente.

Aposentou-se como colaborador do Jornal "Gazeta do Povo", com a coluna "Eu e Você", na qual atuou durante 30 anos.

O Doutor Antônio Salomão deixa viúva Dona Munira Calluf Salomão, os filhos, Paulo, Lélia Maria, Mariagela, Moyses e Maristela, 10 netos e quatro bisnetos.

REQUERIMENTO Nº 2032

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações à Empresa Globoaves Agropecuária Ltda, pela implantação do Projeto REFEN II.

Requer ainda, que desta decisão, seja cientificado a Empresa Globoaves Agropecuária Ltda, através do Sr. Roberto Kaeffer, na BR 467, Km 03, CEP 85811-750, Cascavel, PR, cujo telefone é (45) 227-2423.

Sala das Sessões, em 05.10.99.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

A empresa Globoaves Agropecuária Ltda, concluiu no fim do mês de setembro, o Projeto REFEN II, um conjunto de 21 aviários, distribuídos em 3 núcleos que somados aos 18 aviários do REFEN I, totalizam 39 aviários de 204 x 12 ou mais de 90 mil m² de construção.

Deste projeto sairá a maior parte das matrizes, de linhagem Cobb, que abastecerão as Granjas da empresa espalhadas em 26 municípios do Estado do Paraná, São Paulo e Mato Grosso, gerando uma produção mensal de 18 milhões de ovos férteis.

A Granja REFEN está consolidada dentro da mais moderna técnica mundial de produção de matrizes e ovos - o sistema *Dark House*, que consiste em formar matrizes a partir do pinto de uma dia até 21 semanas de idade em ambiente controlado de temperatura e luz, com altos índices de ganho na redução de consumo de ração e mão-de-obra, maior densidade, isto é, mais aves recriadas por metro² e principalmente melhor uniformidade que resultará em maturidade sexual homogênea e início da postura ao mesmo tempo, ensejando melhor aproveitamento de ovos para incubação. Ao contrário do que acon-

tece na formação de matriz convencional onde a produção é irregular ocasionando atraso no aproveitamento.

Com o alojamento de matrizes, neste último núcleo de 7 aviários, a Globoaves está concluindo o processo de sua auto-suficiência na produção de ovos férteis, abastecendo, assim, seus incubatórios de Cascavel, Realeza e Carambeí no Paraná, Birigüi e Mogi Mirim em SP, Cuiabá MT e Entre Rios na Argentina, os quais com produção mensal de 15/16 milhões de pintos/mês são responsáveis por 6% da produção brasileira o que confere a Globoaves o título de maior empresa comercializadora de pintos de um dia, no Brasil.

O Projeto REFEN, consolida também na Globoaves o sistema de produção de ovos férteis em 2 estágios, ou seja, granja de formação de aves e granjas de produção de ovos. Ganha-se em eficiência produtiva, com instalações e ambientes mais adequados para cada processo, gente treinada especificamente para cada fase do produto e maior segurança na sanidade do plantel.

Excelência em bio-segurança é o que a Granja REFEN oferece pelo seu grande isolamento e localização em meio a uma reserva florestal de mais de 3 mil hectares de mata nativa e de florestamento.

Temos certeza que será modelo em bio-segurança e um centro de produção ecologicamente correto bem do jeito do Paraná e de suas Lideranças.

Este projeto só se concretizou por uma inédita parceria entre o empresário cascavelense, Renato Festugato Neto e a Globoaves, onde a criatividade e visão de futuro, uniram, a disponibilidade de terras adequadas e a tecnologia de produção, e em conjunto a ousadia de produzir matéria-prima de especial qualidade para fornecer pintos de um dia de excelente qualidade e consolidar, este, que já é o grande ou maior polo agro-industrial avícola, o Oeste do Paraná e ainda exportar o excedente para o MERCOSUL e outros países da América, contribuindo com Brasil para recuperar o seu *superávit* da balança comercial. A Globoaves, em 1998 participou deste esforço exportando U\$ 12 milhões em pintos e ovos férteis.

Ao Renato Festugato Neto, nossa homenagem pela confiança, possibilitando que, em conjunto, pudéssemos produzir mais gerando novos empregos, neste país, onde tantos querem e não têm aonde trabalhar.

A mata que um dia foi preservada e reflorestada pelos pioneiros cascavelenses, Renato Festugato e Sérgio Mauro Festugato, avô e pai do nosso parceiro e amigo Renato, está multiplicando riqueza, produzindo alimentos e gerando mão-de-obra.

Foi sem dúvida uma grande visão de futuro.

Na visão atual a sociedade cobra das empresas e dos empresários a intermediação para ajudar o poder público a suprir às deficiências dessa comunidade e dentre estas, está a maior que é gerar empregos e dar condições dignas às pessoas, dando-lhes ocupação e meios de gerar recursos para sua sobrevivência.

A Globoaves consciente de seu papel participa desse compromisso social e como prova disto é que desde a assinatura do protocolo com o Governo do Estado, em junho de 1998, na Associação Comercial, com a presença do Governador Jaime Lerner, dos Secretários, Poloni e Sciarra, aumentou seu quadro de colaboradores de 1.274 para 1.505, um acréscimo de 280 empregos diretos e os indiretos gerados com a reativação do frigorífico Chapecó, de cujo esforço a Globoaves participou ativamente.

A Granja REFEN gera 95 empregos diretos.

Ante ao exposto, solicitamos o voto favorável ao presente requerimento, para homenagear esta Empresa e seus proprietários pela coragem e arrojo em sempre aumentar a produção, gerando mais empregos para o povo paranaense.

REQUERIMENTO Nº 2033

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Alberto Froguel e Luci Hofmann Froguel, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 05.10.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2034

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal José Divino e Maria da Conceição Divino, que completou 63 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Diamante. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 05.10.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2035

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal David Wahrhastig e Mathilde Wahrhastig, que completou 51 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 05.10.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2038

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Grande Oriente do Estado do Paraná, alusivos a solenidade de inauguração da Sede Administrativa, ocorrido no último dia 2 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Grão Mestre Cliceu Luiz Bassetti, através de correspondência a ser encaminhada a Rua José Drulla Sobrinho, 361, CEP 81550-250, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 05.10.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2039

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Dr. José Carlos Gomes de Carvalho, alusivos a sua reeleição como Presidente da FIEP, ocorrido no último dia 17 de agosto.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Cândido de Abreu, 200, CEP 80530-902, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 05.10.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2040

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Sr. Luiz Eduardo Valente Moreira, alusivos a sua posse como Superintendente da REPAR, que ocorrerá no próximo dia 8 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a BR 476, Km 16, CEP 83707-440, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 05.10.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2041

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de mensagem de congratulações da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná à Rádio Cidade AM e FM de Cascavel, na pessoa de seu proprietário Edi Siliprandi, pela contratação dos serviços profissionais do radialista Valdomiro Cantini.

Sala das Sessões, em 05.10.99.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O radialista Valdomiro Cantini, que se tornou bastante conhecido por seus trabalhos profissionais na Cidade de Pato Branco, transferiu-se para Cascavel e atualmente está atuando na Rádio Cidade AM e FM, de propriedade do empresário Edi Siliprandi, onde já desperta atenção pela sua maneira extrovertida e direta de se comunicar com o público.

A capacidade profissional de Cantini foi comentada pelo Jornal Trovão Azul (semanário de Curitiba), que registrou da seguinte forma a sua transferência do Sudoeste para o Oeste paranaense: "... O moço baixa a lenha de forma pesada. Em pouco tempo vai ter gente sofrendo o que nunca sofreu..."

Entendemos na colocação, evidentemente, o "sofrer" daqueles que tem algo a perder se forem levados ao ar eventuais abusos ou injustiças. Aliás, esta é a expectativa das pessoas limpas de Cascavel, que estarão sempre prontas a recolher boas ações que possam somar com as de outros excelentes profissionais da imprensa local, igualmente voltados à defesa das melhores causas dos cascavelenses.

REQUERIMENTO Nº 2046

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de voto de congratulações, ao Presidente da COPEL, Sr. Ingo Henrique Hubert, pelo empenho e trabalho desenvolvido junto a Companhia, colocando-a no respeitado patamar de empresa mais transparente do Brasil

Sala das Sessões, em 05.10.99.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Os votos de congratulações, são destinados ao Presidente, Sr. Ingo Henrique Hubert e a empresa COPEL, pois seu balanço foi apontado, entre os 1.500 publicados neste ano no Brasil, como o melhor, mais completo, recebendo desta forma o título de empresa mais transparente do Brasil, pelo segundo ano consecutivo, título este que é promovido há 3 anos por instituições e entidades vinculadas ao mercado financeiro e tem o objetivo de incentivar as empresas a darem em seus balanços contábeis e financeiros anuais mais e melhores informações sobre as suas atividades, indo além daquilo que é exigido pela legislação comercial brasileira.

Para chegar ao nome da empresa mais transparente do Brasil, as entidades promotoras do evento constituem um júri de especialistas encarregados de fazer a análise crítica de todos os balanços publicados no país, onde das 1.500 publicações, saíram as 10 empresas finalistas.

Além da COPEL que foi a grande vencedora, também chegaram à final as empresas Companhia Vale do Rio Doce, COPERSUL, ELETROPAULO, EMBRAER, Klabin, Light, SABESP, TELEPAR e TELESP Celular.

Neste sentido, contamos com o apoio dos demais Pares para a aprovação do presente Requerimento, fazendo com que desta forma seja reconhecido todo o esforço da COPEL que diretamente representa o Estado do Paraná no cenário nacional.

REQUERIMENTO Nº 2045

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício aos Excelentíssimos Senhores Fernando Henrique Cardoso, Digníssimo Presidente da República do Brasil, e José Serra, Digníssimo Ministro da Saúde, solicitando medidas urgentes visando a revisão da tabela remuneratória de procedimentos do SUS.

Sala das Sessões, em 05.10.99.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

Os valores da tabela remuneratória dos procedimentos do SUS, encontram-se defasados frente aos dispêndios dos estabelecimentos hospitalares no atendimento aos usuários do sistema.

Por conta dessa diferença significativa remuneração/despesa, muitos hospitais estão inadimplentes com obrigações de toda ordem, como fiscal, previdenciária, encargos sociais, e junto a fornecedores e instituições financeiras, dificultando o atendimento à população.

É público e notório que muitos hospitais filantropicos, como as Santas Casas, cuja receita maior é oriunda do SUS, dependendo assim basicamente do sistema para seu funcionamento, estão passando por sérias dificuldades e só não fecham suas portas graças a ajuda da comunidade. Porém, diversos estabelecimentos de saúde, mesmo contando com o auxílio da comunidade não conseguem se manter e estão encerrando suas atividades.

Equipamentos ultrapassados ou a falta deles, leitos escassos, profissionais desmotivados pelos seus vencimentos e pela falta de estrutura, usuários indignados e filas, são alguns dos problemas que testemunhamos numa região que representamos nesta Casa.

Dessa forma, é imprescindível que medidas urgentes sejam tomadas para que se realize uma reformulação na tabela remuneratória do SUS, adequando assim os valores pagos aos hospitais às despesas efetivadas pelos serviços prestados, resgatando assim a confiança e a funcionalidade dos sistema, atendendo os constantes apelos da sociedade em geral.

REQUERIMENTO Nº 2028

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a celebração de um convênio para a construção de uma creche no Assentamento Colônia Nova União, no Município de São Pedro do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 05.10.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O Governo Federal, através de decreto, desapropriou uma parte de um imóvel rural com área de quatrocentos alqueires no Município de São Pedro do Iguaçu, sendo denominado de Assentamento Colônia Nova União. Trinta e cinco (35) famílias já ocupam a área, produzindo alimentos para consumo e comercialização.

Portanto, dotar aquele novo segmento interiorano com uma creche constitui em um benefício ímpar, considerando que ali as mães poderão confiar a guarda esporádica de suas crianças, durante o tempo em que elas estiverem trabalhando.

REQUERIMENTO Nº 2029

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando Martinho Bardou Raggio, Digníssimo

Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de um posto de saúde no Distrito de Nilza, Município de Iporã.

Tal reivindicação fundamenta-se em proposta da Câmara Municipal de Iporã, através do Vereador Joaquim Alves Filho onde justifica que o Distrito conta com um grande número de habitantes que na maioria são pessoas carentes e utilizam o serviço de saúde municipal, assim a necessidade de um posto de saúde que ofereça à população condições de bom atendimento.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a Senhora Maria Aparecida Zago Udenal, Prefeita Municipal de Iporã (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677) ao Vereador José Sorrilha Baladeli, Presidente da Câmara Municipal e ao Vereador Joaquim Alves Filho (Rua Pedro Álvares Cabral, 2707) CEP: 87560-000.

Sala das Sessões, em 05.10.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2030

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a realização de estudos visando a pavimentação asfáltica do trecho que liga o Distrito de Nilza no Município de Iporã até o Distrito de Jardim Paredão no Município de Altônia.

Tal proposta pretende a melhoria viária do referido trecho que se encontra em péssima situação de conservação, expondo os usuários em constante situação de perigo.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a Senhora Maria Aparecida Zago Udenal, Prefeita Municipal de Iporã (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677) ao Vereador José Sorrilha Baladeli, Presidente da Câmara Municipal e ao Vereador Joaquim Alves Filho (Rua Pedro Álvares Cabral, 2707) CEP: 87560-000.

Sala das Sessões, em 05.10.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2031

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Paulinho Dalmaz, Mui Digno Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, solicitando a liberação de vigas de concreto para a construção da Ponte sobre o Rio Iporãzinho, na Estrada Iporãzinho, Distrito de Nilza na Cidade de Iporã.

Tal reivindicação fundamenta-se em proposta do Vereador Joaquim Alves Filho, que expõe as dificuldades enfrentadas pelos habitantes que utilizam a referida ponte.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a Senhora Maria Aparecida Zago Udenal, Prefeita Municipal de Iporã (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677) ao Vereador José Sorrilha Baladeli, Presidente da Câmara Municipal e ao Vereador Joaquim Alves Filho (Rua Pedro Álvares Cabral, 2707) CEP: 87560-000.

Sala das Sessões, em 05.10.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2044

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, solicitando providências no sentido de que os serviços de inteligência da Polícia Militar e da Polícia Civil sejam mantidas em suas estruturas e ao mesmo tempo que haja um redimensionamento de tais serviços dada a sua relevância e importância no contexto da sociedade paranaense e que tem produzido excelentes resultados na defesa dos interesses da população e segurança de todos.

Sala das Sessões, em 05.10.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2025

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Secretário de Estado da Fazenda, Excelentíssimo Senhor Doutor Giovani Gionédis, solicitando informações acerca dos veículos locados pelo Governo do Estado do Paraná, conforme abaixo:

- 1) Qual o número de veículos locados pelo Governo do Paraná?
- 2) Onde os referidos veículos estão disponibilizados?
- 3) Qual a empresa fornecedora?
- 4) Qual o gasto mensal com as locações?
- 5) Qual o prazo previsto no contrato de locação?

Sala das Sessões, em 05.10.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 2036

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER:

1) Ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Governo, informações referentes à SERLOPAR, conforme relaciona-se a seguir:

- Qual o valor das receitas individuais mensais referentes aos jogos abaixo relacionados:

- a) Pimba
- b) Premiata

c) Roda da Sorte

d) Vídeo Loteria

e) Bilhetes

f) Raspadinha

- Qual o valor mensal repassado pelos Bingos à SERLOPAR nos exercícios de 1998/1999.

- Qual o rendimento referente a aplicações financeiras feitas pela SERLOPAR nos exercícios de 1998/1999.

- A SERLOPAR instituiu novos jogos lotéricos com regulamento próprio, a não ser os liberados pela Lei Estadual 11.272.

- A SERLOPAR está habilitada a exploração de jogos eletrônicos.

- Quem são os membros do Conselho de Administração da SERLOPAR.

- Quem são os Fiscais ou Empresas contratadas pela SERLOPAR, de acordo com a Lei Estadual 11.272, art. 10, § 2º.

- Relação de despesas de viagens, realizadas por funcionários da SERLOPAR, constando valor individual de diárias, data, local e beneficiários, nos exercícios de 1998/1999.

- Cópia das prestações de contas da SERLOPAR referente ao exercício de 1998/1999.

Sala das Comissões, em 05.10.99.

(a) BERALDIN

Apoioamento:

Luiz Carlos Alborghetti.

REQUERIMENTO Nº 2037

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER:

1 - Ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Transportes do Estado do Paraná, informações sobre os contratos referentes a Transportes Intermunicipais de Passageiros do Estado do Paraná.

- Quais os contratos que estão vigentes e os respectivos nomes das empresas.

- Quais os contratos que estão vencidos e os respectivos nomes das empresas.

- Quais os contratos que serão renovados e se haverá licitação pública para os mesmos.

Sala das Sessões, em 05.10.99.

(a) BERALDIN

Apoioamento:

Luiz Carlos Alborghetti.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 502/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os crimes de estupro, de natureza hedionda, terão a investigação e persecução penais prioritárias.

Art. 2º - Na hipótese de estupro devidamente comprovado resultar gravidez, deverá o Estado:

I - Colocar gratuitamente à disposição da mulher toda a assistência pré-natal e por ocasião do parto.

II - Orientar e encaminhar, através da Defensoria Pública, os procedimentos de adoção, se assim for da vontade da mãe.

III - Conceder à mãe que registre a criança nascida como sua, assumindo o pátrio poder, pensão mensal equivalente a 1 (um) salário mínimo pelo prazo de 21 (vinte e um) anos.

Art. 3º - Para cumprimento do disposto no artigo 2º da presente lei, os interessados deverão requerer por escrito, à Secretaria da Justiça, juntando cópia do boletim de ocorrência da Delegacia e do exame de corpo de delito.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05.10.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, visa normatizar um assunto polêmico. O Paraná precisa possuir uma lei eficiente e moderna e que acima de tudo preserve o direito inviolável que todo o cidadão possui: a vida.

No caso de crime hediondo de estupro, precisa-se castigar o causador do fato. E puni-lo severamente. Jamais, uma criança indefesa e que com certeza deseja viver. Além disso a própria Constituição Federal, enfatiza a inviolabilidade do direito à vida e a vedação a pena de morte. Por isso cabe ao Estado a responsabilidade à assistência e garantia de que o fruto de um relacionamento impróprio possa nascer e ter uma vida normal.

PROJETO DE LEI Nº 503/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o Calendário Escolar da Rede Pública e Privada do Ensino de 1º e 2º Graus do Estado do Paraná, com início do Ano Letivo no dia 28 de fevereiro de 2.000 e encerrando no dia 20 de dezembro de 1996.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.10.99.

(a) TONY GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O conteúdo do presente projeto de lei visa atender as necessidades da comunidade paranaense, principalmente do Litoral do Paraná, pois o período de férias constante do atual Calendário determinado pela Secretaria de Estado da Educação termina no início do mês de fevereiro, quando a temporada nas praias está em seu auge, prejudicando de forma comprovada o faturamento do comércio litorâneo que vive à base de turistas na alta temporada.

Além disso, o calendário atual, está causando um grave problema para os empresários que estão sendo apurados pelos funcionários que requerem suas férias no único mês disponível de passar com os seus familiares, ou seja, o mês de janeiro.

Como a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 23, § 2º, abre a possibilidade de uma flexibilização do calendário, desde que sejam respeitados os 200 dias letivos entre o início e o término do referido calendário, apresentamos pelo presente Projeto uma fórmula de auxiliar na solução dos problemas aqui apresentados.

Com a apresentação do problema feito pelas empresas paranaenses, e, considerando-se que todos os chefes de famílias pretendem passar as férias de final e princípio de ano junto com os filhos e demais familiares.

Considerando-se, ainda, a necessidade de se incentivar o comércio do litoral paranaense, que vive da frequência dos turistas, principalmente na alta temporada.

Considerando-se, também, a necessidade de ajudarmos os empresários na distribuição do período de férias aos seus empregados, é que pedimos o apoio dos Nobres Pares para a provação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 504/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Cria Laboratórios para a Geração de Alevinos para o povoamento do Rio Ivaí e seus afluentes, em Convênio com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e os municípios lindeiros do Rio Ivaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.10.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O Rio Ivaí tem 685 Km de extensão e tem numerosos afluentes, formando importante bacia hidrográfica do Noroeste do Paraná. É um Rio considerado histórico e foi muito importante na integração da região.

O Rio Ivaí é considerado berçário, pois os peixes sobem o rio na época da Piracema para ali desovarem e depois das ovas aclodidas numa fase mais avançada, estes alevinos descem o rio e voltam ao Rio Paraná.

Este rio tem sofrido muita pesca predatória ao longo de sua história, o que poderia ser controlado com a Instalação desses laboratórios e com um trabalho de conscientização a ser feito pelos municípios lindeiros.

A população viria resgatar essa condição de rio berçário, reforçando assim o seu povoamento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, passo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Ocupo a tribuna esta tarde para falar, rapidamente, de três assuntos que me parecem importantes, não apenas para esta Casa mas, enfim, para todo o Estado do Paraná; dois especificamente com relação a nossa região, o Sudoeste do Paraná.

Amanhã estarão presentes aqui no Plenarinho da Assembléia Legislativa, lideranças empresariais, políticas, sociais, lideranças da sociedade civil organizada da nossa região Sudoeste do Paraná, no Movimento “Alerta Sudoeste”. É um Movimento que foi feito, por várias vezes, aqui nesta Casa, com o objetivo de trazer pelas lideranças, não só políticas, da nossa região, mas por todas as lideranças do Sudoeste do Paraná, as reivindicações, os problemas, as aspirações da comunidade sudoestina, aquilo que é fundamental e entendido como tal, pela sociedade do sudoeste do Paraná.

Então, amanhã, tanto eu como o Deputado Traiano, Deputado Litro, Deputado Caíto Quintana, estaremos imbuídos de acompanhar, discutir com as lideranças do Sudoeste do Estado do Paraná, a partir das 9:30 horas, aqui nesta Casa, as questões daquela região.

Outra questão é apenas para fazer aqui um registro, um comunicado a esta Casa, que na sexta-feira passada - acho que todos os Deputados sabem, através dos meios de comunicação, por volta das 7:00 horas da noite, no Sudoeste do Paraná, mais propriamente, Pato Branco, Clevelândia, Bom Sucesso do Sul e também em Tapejara do Oeste, tivemos em vendaval, mesmo que rápido, mas de prejuízos incalculáveis.

Só em Pato Branco foram 297 residências prejudicadas, muitas delas completamente destruídas, e queremos fazer um apelo aqui, ao Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo, e que representa o Município de Clevelândia - que também foi atingido por este vendaval de sexta-feira - que nos ajude. Estamos em contato com a Defesa Civil para auxiliar em tudo aquilo que for possível para estes municípios mais atingidos, em nossa região.

Aguardávamos uma chuva, Pessuti, realmente a agricultura estava precisando de uma chuva e na verdade a chuva ocorrida, de cerca de 20 mm, foi extremamente importante para a agricultura.

Mas este vendaval, este tufão de vento que aconteceu, em Pato Branco, especialmente nestes três municípios que citei, causaram prejuízos de grande monta para nossa região. E estamos trabalhando junto a Defesa Civil, para que possam ser atendidos esses municípios.

Um outro assunto, Senhor Presidente, Deputado Nelson Justus: foi me feita a solicitação, por representantes da CNBB ontem - e faço esse comunicado a Vossa Excelência, o registro a Vossa Excelência, assim como me foi solicitado pelos representantes da CNBB. Participaram conosco ontem, de uma audiência com a Senhora Governadora Emilia Belinati, Dom Augustinho Sartori, Bispo da Diocese de Palmas e Francisco Beltrão, e assessor da Pastoral da Criança, representando todos os Bispos do Estado do Paraná; Matilde Fávero, Coordenadora Estadual da Pastoral da Criança; Alcione Saliba, Secretária de Estado da Educação; Vilmar Reichemback, Presidente da Câmara Municipal de Francisco Beltrão, Presidente da ACAMSOP M-13; Padre Aleixo, representando o Arcebispo Dom Pedro Fedalto; Irmã Úrsula, Assessora da Pastoral da Criança; Vereadores aqui de Curitiba e membros da Pastoral da Criança e também da Região Metropolitana.

Tratamos com a Governadora em exercício, Emilia Belinati - a quem quero agradecer pela forma cordial, delicada, vistosa, atenciosa como nos recebeu - numa audiência às 16:00 horas da tarde de ontem, para o lançamento da “Campanha da Paz”. A paz começa em casa, lançada em todo País ontem. No mesmo horário, às 16:00 horas da tarde, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, recebia a Coordenação Nacional da Pastoral da Criança, para o lançamento nacional dessa campanha. Aqui no Paraná, são 19 mil mulheres que estão trabalhando voluntariamente nessa Campanha. Dados que são divulgados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, como sendo uma das causas mais preocupantes da sociedade atual, que é a violência.

Segundo dados do Banco Interamericano, na América Latina são cerca de 14,2% do Produto Interno Bruto, chegando a cento e cinquenta bilhões de dólares, o que se gasta com a violência física nos países da América Latina. No Brasil, os dados são assustadores, 10,5% do PIB são gastos com a violência, chegando a um total de 80 bilhões. Segundo dados sociológicos e comprovadamente, pesquisados por institutos científicos, dizem que 2/3, ou seja, 70%, praticamente da violência, começa em casa.

Então, essa campanha que tem o patrocínio de entidades como a CNBB, como a Pastoral da Criança, começou ontem com a campanha oficial de todas as Pastorais da Criança do nosso Brasil. Foi me pedido, Senhor Presidente, que trouxesse um comunicado a esta Casa, e obviamente que solicitasse à Assembléia um apoio àqueles itens que a coordenação da Campanha coloca, as sugestões, as lideranças políticas do Paraná e do Brasil. Faço este comunicado, porque participei da audiência ontem, aqui no Palácio Iguaçu, recebido pela Governadora em

exercício, que tem sensibilidade com relação a questão da criança, com relação a este trabalho fabuloso, extraordinário que as Pastorais da Criança fazem no nosso Paraná, e principalmente aqui no Estado, onde começou inicialmente, embrionariamente o trabalho da Pastoral da Criança, e hoje se dissemina por todo o Brasil.

Então, faço esse comunicado, Senhor Presidente, e quero solicitar a todos os Parlamentares que, na medida do possível, dos seus municípios, porque todos os municípios do Paraná ontem, todo município que tinha a organização da Pastoral da Criança, foi em audiência com os Prefeitos Municipais também, fazer o lançamento da campanha, que é uma convocação à sociedade, para a construção de uma cultura de paz.

“A paz começa em casa”, é o nome da campanha, e quero parabenizar a Pastoral da Criança por mais essa iniciativa, por este trabalho extraordinário que muito tem ajudado a sociedade paranaense e a sociedade brasileira.

Gostaria de agradecer a deferência de Vossa Excelência, e agradecer a atenção dos meus nobres Pares, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Antonio Carlos Baratter.

O SR. ANTONIO CARLOS BARATTER

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Neste final de semana, em Cascavel, os Deputados Duílio Genari, Edgar Bueno, Thiago de Amorim e este que vos fala participaram de um projeto que me fez naquele momento, lembrar que muitas vezes aqui nesta Casa observa-se um discurso a respeito da industrialização um tanto quanto reducionista. Lá em Cascavel, através da empresa Globoaves que encampou os aviários da empresa Chapecó. A empresa Globoaves hoje produz 7% dos ovos férteis do país. É a maior empresa da América Latina. Dentro de um projeto, de uma parceria com a família Festgatto que tem hoje no Estado do Paraná uma prosperidade ecológica e politicamente correta. Onde uma parte dessa área foi invadida pelo MST. Fizeram uma parceria e criaram um projeto chamado Refen II. Essa empresa tem dois mil funcionários. O ano que vem se transformará na maior empresa do mundo de produção de ovos férteis.

Vou passar a ler para que os Deputados tenham uma idéia do que o Governo do Paraná junto com o BNDES fizeram, dentro de um projeto moderno. Dentro de uma idéia que o dinheiro seja bem aplicado e tenha um retorno para a sociedade. Essa empresa recebeu todos os prêmios no que se refere a vencer as barreiras alfandegárias, sanitárias e comerciais. É uma empresa que orgulha todo o Estado do Paraná. Está em 26 municípios do Estado, 7 estados do Brasil e em 5 países do mundo.

(Lê):

“A empresa Globoaves Agropecuária Ltda concluiu no fim do mês de setembro, o Projeto REFEN II, um conjunto de 21 aviários, distribuídos em 3 núcleos que somados aos 18 aviários do REFEN I, totalizam 39 aviários de 204x12 ou mais de 90 mil m² de construção.

Deste Projeto sairá a maior parte das matrizes, de linhagem Cobb, que abastecerão as Granjas da Empresa espalhadas em 26 Municípios do Estado do Paraná, São Paulo e Mato Grosso, gerando uma produção mensal de 18 milhões de ovos férteis.

A Granja REFEN está consolidada dentro da mais moderna técnica mundial de produção de matrizes e ovos o sistema “Dark House”, que consiste em formar matrizes a partir do pinto de um dia até 21 semanas de idade em ambiente controlado de temperatura e luz, com altos índices de ganho na redução de consumo de ração e mão-de-obra, maior densidade, isto é, mais aves recriadas por m² e principalmente melhor uniformidade que resultará em maturidade sexual homogênea e início da postura ao mesmo tempo. Ensejando melhor aproveitamento de ovos para incubação. Ao contrário do que acontece na formação de matriz convencional onde a produção é irregular ocasionando atraso no aproveitamento.

Com o alojamento de matrizes, neste último núcleo de 7 aviários, a Globoaves está concluindo o processo de sua auto-suficiência na produção de ovos férteis, abastecendo, assim, seus incubatórios de Cascavel, Realeza e Carambeí no Paraná, Birigüi e Mogi Mirim em SP, Cuiabá MT e Entre Rios na Argentina, os quais com produção mensal de 15/16 milhões de pintos/mês são responsáveis por 6% da produção brasileira o que confere a Globoaves o título de maior empresa comercializadora de pintos de um dia, no Brasil.

O Projeto REFEN, consolida também na Globoaves o sistema de produção de ovos férteis em 2 estágios, ou seja, granja de formação de aves e granjas de produção de ovos. Ganha-se em eficiência produtiva, com instalações e ambientes mais adequados para cada processo, gente treinada especificamente para cada fase do produto e maior segurança na sanidade do plantel.”

Venho a essa tribuna não só para homenagear essa empresa que nasceu na terra do Deputado Duílio Genari em Toledo e hoje tem a sua sede na cidade de Cascavel. Mas, sim, por perceber que quando o Governo investe bem o dinheiro, quando nós sabemos que no ano passado de 15 bilhões de dólares, que o BNDS tinha que investir oito empresas pegaram 50% desse valor. Só a Brahma pegou um milhão e meio de dólares, de quando a gente percebe que o BNDS faz com que esse dinheiro que é da sociedade brasileira seja empregado. Lá em Cascavel foi investido sete milhões de dólares neste projeto, com a participação do Governo do Estado.

Nós na condição de políticos, nós na condição de Deputados e eleitos naquela região ficamos satisfeitos

por ver quando o Governo aplica bem o seu dinheiro, isso gera um resultado extraordinário na nossa cidade.

Acho que nós deputados, devemos ter sempre esta postura de analisar como é que o dinheiro está sendo investido, de nada adianta nós sempre fazemos aquele discurso, que reduz a visão. Lá em Cascavel a partir desse projeto é um exemplo para o Paraná, de como é que o governo realmente pode investir bem o seu dinheiro, fazer com que realmente ele possa circular, gerar emprego e divisas para o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Sr. Presidente e Srs. Deputados, há tempos passados, aqui no nosso Estado, era freqüente o assalto de ônibus, principalmente, ônibus de turistas que aportavam ao Paraná, oriundos de todos os quadrantes da Nação.

No setor de Segurança Pública do nosso Estado, dificilmente tinha condições de fazer com que aqueles assaltos parassem. Foi necessário meses, e até anos, para que realmente esses assaltos fossem coibidos.

Um grupo formado, chamado Grupo Águia, do Serviço de Inteligência da Polícia Militar infiltrou-se dentro das quadrilhas existentes no Estado e fora dele e desmantelaram, prenderam, e acabaram com todo o roubo de ônibus de turista do Paraná.

O tráfico de droga no nosso Estado, principalmente, aqui na capital, aonde o Alborghetti, o Ricardo Chab, o Algaci Tulio, aonde todos os homens ligados a imprensa, Luiz Carlos Martins, ao meio radiofônico, diariamente faziam as denúncias, o Serviço de Inteligência da Polícia Militar, mais conhecido como P-2, entraram em ação. Não coibiram totalmente mas deram uma condição menor naquela distribuição de drogas no nosso Estado, principalmente na região metropolitana.

A P-2 da Polícia Militar tem uma história, se a Polícia Militar tem 146 anos de existência, essa gloriosa corporação, ela foi mais efetiva para a população depois que foi criado o seu Serviço de Inteligência, que foi criado o setor P-2, dentro da Polícia Militar.

Recentemente, mais como uma questão relacionados aos sem-terra, tivemos um episódio aonde o Serviço de Inteligência através de um pedido feito a uma juíza, de uma das Comarcas do nosso Estado, teve grampeado o telefone de alguns elementos ligados aos sem-terra. Veio à tona, a imprensa divulgou e sabemos, como Deputados que conhecemos a lei, de que alguma coisa falhou, nem da P2 e nem do Serviço de Inteligência, mas daquela juíza que autorizou o grampeamento através daquela solicitação, quando essa solicitação deveria ter sido feita por um delegado da Polícia Civil. Não vai nada, neste momento, contra a decisão da juíza, mas um alerta para que no futuro não ocorra. Feito este episódio, Senhor

Presidente, Senhores Deputados, o nosso Secretário de Segurança, querendo dar uma satisfação como sempre tem dado à população do Paraná, o Senhor Doutor Cândido M. de Oliveira que tem procurado de todas as formas possíveis, sem meios ao seu alcance, sem material humano sem disponibilidade de material seja ele de utensílios, de armas, de carros, enfim, para combater o crime organizado em nosso Estado, vai dando uma satisfação social para a população paranaense, ele teve no início, um pensamento de extinguir da Polícia Militar, o Serviço de Inteligência e a P2.

Senhor Presidente, nós que conhecemos esse trabalho e quando Prefeito da Cidade de Ponta Grossa, tivemos uma parceria muito de perto com a Polícia Militar, que na desenvoltura do nosso 4º mandato de Deputado Estadual, temos a identificação dentro desta Corporação do que ela representa para todo o Paraná.

Entramos em contato com a área técnica da Polícia Militar do Estado, entram, os em contato com a Secretaria de Segurança e o Secretário, em boa hora, em vez da sua extinção, baixou uma portaria que a atuação do P2 e do Serviço de Inteligência seja feito em parceria, acoplado, junto com a Polícia Civil para a não infringência da lei, principalmente como foi naquele episódio que ocorreu no nosso Estado.

Por isso venho a esta tribuna, uma vez mais cumprimentar o Secretário de Segurança do Estado que, apesar das deficiências e das dificuldades, em boa hora não vai extinguir o Serviço de Inteligência e dar continuidade a esse serviço que tem dado à sociedade paranaense, a contribuição para que tenhamos a tranquilidade e segurança desejada por todos nós.

Estou entrando com um requerimento Senhor Presidente, dizendo da necessidade da sua permanência e na confiabilidade que tem a sociedade do Paraná no Serviço de Inteligência e na P2 da Polícia Militar do nosso Estado.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Horário das Lideranças concedo a palavra ao Deputado Divanir Braz Palma, do PST.

O SR. EDNO GUIMARÃES (Pela Ordem)

Gostaria de registrar a presença do Vereador Júnior do Município de Jesuíta que está aqui em nosso Plenário.

O SR. PPRESIDENTE (Nelson Justus)

Seja bem-vindo à nossa Casa.

Concedo a palavra ao Deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós da Liderança do Partido Social Trabalhista, assumimos esta tribuna para darmos prosseguimento às informações fornecidas pela Federação da Agricultura do Estado do

Paraná que na data de hoje encaminha aos Deputados desta Casa, um relatório relativo às invasões de propriedades rurais no Estado do Paraná, levantamento este, atualizado até o dia 31 de agosto.

Senhores Deputados, aqui na Carta que vou ler para os Senhores e imprensa aqui presentes, diz o seguinte:

(Lê):

“INVASÕES DE TERRAS:

A impunidade comprovada pela Realidade dos Números

Por mais que se busquem análises para explicar as invasões de propriedades rurais, desde as análises mais radicais de direita até as que incluem as concepções de ‘Movimentos sociais marginalizados economicamente’, o que sintetiza a explicação da escalada das invasões no Paraná é o fator impunidade.

Impunidade que os sucessivos Governos Estaduais concederam, e concedem, ao Movimento Sem-Terra - MST em nosso Estado.

Impunidade traduzida no flagrante desrespeito à lei, na violência ao patrimônio privado e pelo desenvolvimento de uma estratégia que busca o confronto permanente com as instituições democráticas, aonde o pano de fundo é o enraizamento, no meio rural, de métodos revolucionários desenvolvidos pelo MST.

Mais do que as palavras, a grandeza dos números demonstra o perverso círculo vicioso que está sedimentado no Paraná: a impunidade conduz a novas invasões as quais, não sendo reprimidas pelas autoridades governamentais, criam a condição, junto aos sem-terras, de mais impunidade que os direcionam a mais invasões...

E os números demonstram no presente momento, que 117 propriedades rurais estão invadidas, em cerca de 180 mil hectares.

São 7 mil famílias invasoras, aproximadamente.

Ao longo do período analisado - 1987/1999 - ocorreram 293 invasões de propriedades rurais, com os mais variados graus de radicalização e violência.

Na atual gestão governamental - período 1995/1999 - ocorreram 218 invasões, correspondentes a 75% de todos os esbulhos perpetrados no Estado pelos sem-terras, desde 1987.

Das 117 propriedades invadidas, 51 têm liminar de reintegração de posse; porém, seus proprietários não alimentam expectativas de uma ação efetiva por parte do Governo Estadual na execução dessas decisões judiciais.

De janeiro a agosto do presente ano, 34 propriedades rurais foram invadidas.

No transcorrer do ano de 1999, 25 propriedades foram desocupadas, sendo que 14 pela ação pontual do governo.

Frente a realidade destes números, os quais estão detalhados nos quadros a seguir, os produtores rurais paranaenses esperam que os governantes do Estado tomem, finalmente, a decisão de promover a desocupação das áreas invadidas, e de coibir novas invasões, através de um processo sistemático de cumprimento da

lei, e não mediante tímidas ações pontuais como vêm ocorrendo.

Essa expectativa da classe rural paranaense é fruto do entendimento que os princípios democráticos, o constitucional direito de propriedade - seja ele rural ou urbano - e a autoridade das Instituições estão acima de um movimento, o MST, cuja lógica revolucionária do confronto e do desgaste das autoridades é o seu próprio entendimento de ser a vanguarda de uma nova ordem social, a ser implantada a qualquer preço e a qualquer custo.

Agosto 1999.

Ágide Meneguette

Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP

O QUADRO DE INVASÕES

1. Evolução do Número de Invasões:

Ano	Propriedades Invadidas	
	No Ano	Situação em Agosto/99
1987	6	1
1988	12	-
1989	15	1
1990	5	-
1991	15	2
1992	9	-
1993	5	-
1994	8	-
1995	10	3
1996	46	4
1997	59	24
1998	69	48
1999	34	34
Total	293	117

A diferença que se observa entre as colunas “No Ano” e “Situação em Agosto/99”, representa que após a invasão os sem-terras se retiraram das propriedades mediante acordo com os proprietários, por conta de algumas efetivações de reintegração de posse ou, então, porque o INCRA obteve a emissão de posse da área invadida, efetivando a desapropriação.”

Senhores Deputados, diante desse relatório, precisamos tomar uma atitude, voltar a base ruralista que aqui tem mais de 18 representantes. É preciso que volte-

mos a sentar à Mesa e produzirmos uma agenda positiva para que retomemos os trabalhos, as pressões necessárias para que cartas como essa da Federação da Agricultura do Paraná não voltem a vir aqui em nosso Plenário, porque aqui é onde eles encontram o meio de poder buscar socorro para esta situação irregular que encontramos em nosso campo.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Nobre Deputado, ouço as suas colocações, os números reais da situação agrária no Estado do Paraná, o número de áreas invadidas nos últimos anos, desde o ano de 1987, este levantamento traz uma posição e nota-se que ano a ano ele vem crescendo. Um maior número de áreas estão sendo invadidas, áreas produtivas, áreas que estão cumprindo a sua função social, e vemos também o número de áreas que estão tendo reintegração de posse, que a sua reintegração de posse está sendo cumprida, é um número muito pequeno. A preocupação está aí. O campo está assustado, está preocupado. As ações não vêm acontecendo. O Governo Federal, tendo nas suas mãos a política da Reforma Agrária, dificulta todas as ações para que, realmente, aconteça a Reforma Agrária em nosso País. E nós desse Bloco Ruralista, na Assembleia Legislativa, já estivemos por várias vezes pedindo às autoridades do Governo do Estado para que descentralizassem, fizessem uma ação para descentralizar essa Reforma Agrária, para que ela passasse pelas mãos do Governo do Estado, é uma parte de tudo isso aconteceu. Só que o resultado final, que é a desapropriação da área improdutiva, o assentamento não está acontecendo. Sabemos que o INCRA tem um número significativo de áreas prontas para serem assentadas para que essas famílias desse movimento possam receber as suas áreas para nelas produzirem, e vemos que tudo isso não acontece, não tem boa vontade. Não tem a boa vontade do MST. Não tem, porque as áreas estão disponíveis, o INCRA já desapropriou, o Governo Federal já comprou, o Governo do Estado já trabalhou para que isso acontecesse e o movimento não quer que as pessoas que invadiram propriedades produtivas deste Estado saiam dessas áreas para serem assentadas nessas áreas que já estão desapropriadas.

Então, está aí um impasse: o MST não avança, não sai de onde está, não quer tirar as pessoas das áreas para levar para as outras áreas que já estão desapropriadas, e, ao mesmo tempo, vemos aí o INCRA, o Governo Federal e o próprio Governo do Estado sem ação. Sem ação, e quem paga estão aí: são os produtores que têm a sua propriedade, que nela produzem, dela tiravam os seus resultados financeiros para sustentar a sua família. E nada disso acontece. Temos que agir aqui na Assembleia, as pessoas de bem, as pessoas que comungam do mesmo pensamento tem que agir, para que possamos pressionar as autoridades competentes para que elas venham a agir e

começar a resolver este problema. Porque é uma vergonha, está aqui na frente da Assembleia, na frente do Palácio esse acampamento. Era para ter saído daí a quanto tempo? No mês de julho eles tinham um acordo para saírem, estamos no mês de outubro e continuam eles aí, não sabemos muito bem o porquê.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Quero agradecer o seu aparte, aproveitando, Deputado Plauto, o senhor que é um dos líderes da nossa Bancada Ruralista, queria convidar os companheiros que se pronunciaram favoráveis em defender os interesses ruralistas, dos homens que trabalham a terra, para uma reunião às 16 horas, na 1ª Secretaria com o Deputado Hermas Brandão, são os seguintes Deputados Baratter; Zanusso; Duílio; Edno Guimarães; Luiz Accorsi; Miltinho Puppio; Plauto Miró; Tony Garcia; Litro; Augustinho Zucchi; Geraldo Cartário, Chico Noroeste; Takayama, Moysés Leônidas; Orlando Pessuti e Fernando Ribas Carli. Então, vamos sentir e fazer uma agenda positiva e vermos se atacamos de frente esse problema.

Muito obrigado!

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, só para fazer um comunicado à Mesa. Recebemos a visita de diversos produtores culturais da Cidade de Curitiba e do Paraná. Estão presentes hoje aqui o Conselho Estadual de Cultura do Estado do Paraná, a Secretária de Cultura Senhora Lúcia Camargo e a Presidente da Fundação Teatro Guaíra, Mônica Richebieter.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Agradeço a presença de todos, sejam todos bem-vindos! E, gostaria de convidar a Secretária Lúcia Camargo para que fizesse parte da Mesa Executiva.

Pelo PFL, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Primeiro gostaria de parabenizar meu irmão e amigo Deputado Ângelo Vanhoni pelo Projeto que já tem o meu voto, criando algo que estamos discutindo há alguns anos no Estado do Paraná, que é segurança para a cultura do meu Estado.

É bom ver, Deputado Ângelo, comparecer nesta Casa os verdadeiros artistas do Estado do Paraná. Ficaria triste se visse aqui os artistas da Globo, de São Paulo ou do Rio. Fico feliz de ver os artistas do meu Estado que precisam ser respeitados após a aprovação deste Projeto nesta Casa de Leis. É o meu ponto de vista e disso não abro mão. Estou cansado de ouvir falar em cultura, de ajudar a cultura, mas, no linguajar que convivo no dia-a-dia como homem de televisão, tudo não passa de estelionato, de 171.

Então, espero que a partir deste projeto alguma coisa realmente venha de encontro com os artistas, com a cultura do Estado do Paraná.

(Aplausos)

É que estou cansado só de ouvir falar em artistas de São Paulo ou Rio e quando se fala em artistas do Paraná parece que temos cancro, câncer! Até quando vai isso? Será que o Paraná não tem artistas? Tem artistas e para ser artista não há necessidade de cursar a Universidade, artista vem de dentro do ventre da própria mãe. Tem pessoas que não têm necessidade de cursar uma Universidade para se apresentar no Teatro Guaíra. Temos grandes grupos de teatro que lamentavelmente não são aplaudidos, respeitados.

Espero que após este projeto do Deputado Vanhoni a cultura no meu Estado tenha pelo menos o mínimo de respeito. Porque quando se fala em artistas de fora, em cultura de fora, todas as televisões divulgam, é um espetáculo e quando fala do Paraná não se vê uma vírgula sequer na imprensa do meu Estado. Chega de cascata e o seu Projeto tem que ser respeitado, a partir de hoje, neste Parlamento. Graças também porque vai ser sancionado, espero, pelo Governo Jaime Lerner, após a assinatura do Presidente Nelson Justus.

Mas, venho esta tarde e também vou reapresentar um projeto nessa Casa. Eu já tenho vinte anos de vida pública e toda vez que apresento esse projeto dizem que sou louco, que tenho idéias e penso em primeiro mundo. Vou pensar como? No terceiro, no quarto no quinto, no décimo, no sexto mundo? Vou andar para traz ou para frente?

Ontem fui conhecer um jovem, que apresentei no meu programa de televisão, à tarde e à noite em Rede Nacional - recebi telefonemas no Brasil inteiro e vou apresentá-lo amanhã, deputado Vanhoni: o que o craque faz com um jovem de vinte anos. Fiquei apavorado. Chorei. Acho que a dignidade, o homem, a mulher, a criança chorar. Não e pecado o homem chorar. eu chorei pela mãe. Ao ver a mãe, ver o filho naquele estado dentro de um plantão de uma delegacia de polícia, que é palco de dramas e comédias. Ali eu vi um drama e não uma comédia. perguntava-me a mim mesmo: o que um moço como esse, com vinte anos de idade, que toma picada cocaína na veia, fuma o craque, que é uma desgraça. A cocaína é a princesa, a rainha quem compra cocaína são os milionários, aqueles que têm o poder aquisitivo avantajado. O craque todo mundo pode comprar, porque se vende em qualquer esquina na Capital, como se vende pipoca e cachorro-quente.

Ontem vi um jovem de vinte anos, morrendo no craque. Ele não conseguia calçar os sapatos. Não conseguia falar. Acho que o Deputado Chab deve ter visto esta matéria, senão tiver, passo a Vossa Excelência com o maior carinho.

Fiquei apavorado e em pânico com esse moço. A mãe derramando lágrimas de sangue e o Brito que é o policial que o atendeu, virou para mim e falou:

Alborghetti a cadeia não vai salvar esse jovem. Eu me propus interná-lo em Londrina em Camboriú, que tem uma das grandes clínicas para dependentes de drogas.

Em Londrina temos a clínica das Palmeiras - o Antônio Carlos conhece - ao lado da universidade, que é uma das maiores clínicas do Brasil.

Eu me propus de pagar a viagem e a minha equipe vai levá-lo até lá. Tenho uma psicóloga, uma assistente-social, que atendem em meu gabinete - o setor dos drogados é um direito que me assiste, porque quem paga o meu salário é o povo, é o meu eleitor, é aquele que vota em mim.

No meu gabinete tenho várias repartições. Pedi a uma delas, uma assistente-social que fosse comigo até a Delegacia para conhecer esse jovem. O drama desse jovem é um Pânico, um terror, e lembra vários filmes: "vivendo com a morte" é um filme que conta a história de um médico americano, que se tornou dependente das drogas. Inclusive, aconselho a todos os pais a pegarem esse vídeo na locadora, para vocês tomarem ciência, que às vezes o inimigo pode estar dentro da sua casa, ao lado do seu filho.

Às vezes o seu filho leva para dentro da sua casa, para jantar, almoçar, que ele conhece numa escola, academia e você não sabe realmente se ele é seu amigo. Ele está ali, talvez, para aplicar um seqüestro ou introduzir o seu filho na violência da maconha ou da cocaína ou das anfetaminas ou de qualquer derivado tóxico. Então vou reapresentar o meu projeto. É o sonho da minha vida. Quero morrer nesse Parlamento com esse projeto realizado. Quero criar no Paraná Hospital da Vida, será muito, meu Deus?

Já temos uma área para construção do Hospital, o projeto foi elaborado por um londrinense, já falecido, uma das maiores cabeças em toxicologia, no Sul do País, o finado Doutor Héber Soares Vargas.

Ele elaborou este projeto de se criar o Hospital da Vida. Este Hospital seria criado no campo, para lá levaríamos, pagos pelo governo, um psicólogo, um assistente social, médicos, pastores, padres, enfim, enquanto milhares de assistentes sociais se formam, na universidade, enquanto milhares de psicólogas se formam na universidade e estão desempregadas, eu estou fazendo um projeto para gerar emprego. Eu estou fazendo o projeto de Hospital da Vida porque muitos não têm dinheiro para o tratamento de seu filho, para ele se salvar da dependência das drogas. Não é fácil. A droga é pior que uma herança nuclear, Senhores Parlamentares, Senhores Artistas que aqui estão, a droga é como um túnel, sem luz. O drogado tem que começar a apalpar as paredes com a ajuda da família, com a ajuda do psiquiatra, do psicólogo, para encontrar uma luz no fundo do túnel.

E, para chegar nesta luz, é uma dificuldade tremenda, Senhores Artistas da cultura do meu Estado, Senhores pais que estão aqui, nesta tarde. Me ajudem a aprovar este projeto.

E eu tenho certeza que o líder do meu Governo vai me ajudar a aprovar este projeto, os pais que estão aqui vão me ajudar a aprovar este projeto. Nós temos que criar um Hospital para salvar os dependentes das drogas, para que não aconteça, Senhor Presidente, como aconteceu esta madrugada, uma menina de 18 anos, eu fui ao local esta madrugada, com a minha equipe, uma menina de 18 anos, descobriu que seu irmão estava envolvido no craque. Ela pediu que seu irmão pagasse a remessa do craque para os traficantes. Ele não pagou, os traficantes foram à residência e mataram o jovem. Ela viu os assassinos, ela avisou a polícia, e, lamentavelmente, ela foi assassinada, esta noite, com 2 tiros na cabeça e com mais de 15 facadas.

Por que? Porque ela denunciou a violência do tráfico e a violência do craque, na capital do Paraná. E tenho como testemunha o Deputado Ricardo Chab.

Espero que os senhores votem comigo, como vamos votar pela cultura do meu Estado, me ajudem também a salvar os filhos do meu Estado que estão morrendo na toxicômania.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência registra, com satisfação, a presença da Secretária da Cultura de Londrina, Senhora Ângela Marçal, bem como o Diretor da Casa da Cultura da Universidade Estadual de Londrina, Professor Alcides Carvalho.

Sejam bem-vindos à Casa.

No horário do PTB, concedo a palavra ao Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Uso a tribuna, esta tarde, como já fez meu colega de Parlamento, Deputado Augustinho Zucchi, para fazer um convite aos nobres Parlamentares para conosco estarem, no dia de amanhã, aqui no Plenarinho da Assembléia, participando do 4.º Movimento Alerta Sudoeste.

Movimento este que traz para a capital do Estado, empresários da região Sudoeste do Paraná, preocupados com o desenvolvimento da nossa região, trazendo para cá os mais altos e relevantes problemas que afligem a região Sudoeste do Paraná, para serem apresentados as autoridades governamentais do Estado do Paraná, e também aos Senhores Parlamentares.

É um movimento político que visa, única e exclusivamente, fazer com que a região Sudoeste do Paraná possa realmente estar inserida no contexto do desenvolvimento do Paraná como um todo. Portanto, quero me somar aos demais Parlamentares do sudoeste, que também estão envolvidos nesse Movimento para convidar os demais parlamentares a conosco estarem no dia de amanhã nesse encontro.

Aproveito também a oportunidade Sr. Presidente, para nessa tribuna, fazer aqui um registro que considero ser de fundamental importância para o Paraná. O Parlamentar muitas vezes usa a tribuna para fazer críticas construtivas e também aliado a críticas construtivas, é importante que o Parlamentar use a tribuna para destacar aquilo que de importante acontece no Estado do Paraná. Nesse dia, quero fazer esse registro e convidar os senhores parlamentares a comigo votarem num requerimento que estamos apresentando à mesa de congratulações a COPEL, ao seu Presidente e a todos seus funcionários dessa importante empresa do Estado do Paraná. As razões que me levam a apresentar esse requerimento Sr. Presidente, é para ressaltar o desempenho da COPEL no ranking das grandes empresas nacionais e internacionais. Conhecemos de perto a ação empreendedora dinâmica, determinada, ousada do seu Presidente. Porque com ele tive a oportunidade, há dois anos atrás, de acompanhá-los na companhia do nosso Líder Deputado Valdir Rossoni, do Deputado Beto Richa e do Deputado Durval Amaral, acompanhamos o Presidente da COPEL, na Europa, quando ele apresentava aos maiores investidores do mundo a empresa COPEL. Pudemos presenciar a respeitabilidade do Presidente da COPEL, perante os organismos internacionais, financeiros e investidores do mundo todo.

Portanto acho que essa ação determinada e ousada do nosso Presidente, faz com que a COPEL, pelo segundo ano consecutivo ganhe o título de empresa mais transparente do Brasil. Portanto, acho que é um registro importante e temos que nos somar ao nosso Presidente da COPEL, a empresa COPEL, que hoje realmente galga um dos patamares mais importantes da economia brasileira, da economia internacional. Para chegarmos aonde estamos, é importante ressaltarmos que a COPEL é hoje a 21ª entre as 50 empresas Latino Americanas, que obtiveram os maiores lucros líquidos das empresas Latino Americanas. É a 9ª empresa no rol das 50 estatais que obtiveram os maiores resultados financeiros da América Latina. E entre as mil empresas da América Latina, a COPEL hoje ocupa o ranking, centésima, quadragésimo terceiro lugar, entre as empresas constituídas no Brasil, México, Argentina, Chile, Venezuela, Colômbia, Peru, Uruguai e o Paraguai.

Portanto, para chegarmos a esses resultados de empresa mais transparente do Brasil, a COPEL se submeteu a apreciação de alguns setores da economia Nacional, para chegar onde está hoje, a entidade se submeteu a promotores de evento, do evento que constituiu um júri de especialistas encarregados de fazer análise crítica de todos os balanços publicados no país. onde das 1.500 publicações saiu então as dez empresas finalistas e a COPEL ocupa hoje, novamente no segundo ano consecutivo ocupa o 1º lugar de empresa mais transparente do Brasil.

Portanto, acho que é motivo de orgulho para nós paranaenses, para os parlamentares de ver uma empresa nossa, uma empresa que realmente enobrece o Estado do Paraná e engrandece o Estado do Paraná, ocupa este lugar

de destaque na economia nacional e internacional. Conclamo os senhores Parlamentares a se somarem conosco nesse voto de congratulações, ao nosso Presidente da COPEL, aos funcionários, enfim a empresa COPEL, por ter ostentado esse lugar tão merecido na economia Nacional e Internacional.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Horário das Lideranças, PSB, PPB, PSC, PT, PDT, PSR.

(**Declinam**)

Concedo a palavra no horário do PSDB ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados; Exma. Sra. Secretária do Estado da Cultura do Paraná Lúcia Camargo que nos honra com a sua presença. Também acompanhando o projeto do Deputado Ângelo Vanhoni, temos a grata satisfação de registrar aqui a presença do Diretor da Casa de Cultura da Universidade de Londrina Professor Alcides de Carvalho. E também da Secretária Municipal de Cultura de Londrina a Professora Ângela Marçal que acompanha este momento tão importante para o Paraná e, sobretudo para a área cultural este projeto do Deputado Ângelo Vanhoni. Deputado Ângelo Vanhoni sempre preocupado com as questões da cultura, que fala de perto com a formação do caráter e o acúmulo de conhecimento e experiência da nossa gente. Parabéns Deputado Ângelo Vanhoni pela sua iniciativa que não só, traz reconhecimento ao vosso trabalho, mas vem trazer grandeza e dignificar esta Casa quando tem a oportunidade de apreciar um projeto dessa magnitude para a cultura de nosso Estado. E para o resgate das nossas tradições, e porque não assegurar o legado desse caldo de cultura às gerações futuras.

Senhor Presidente, quero fazer um registro, até porque as pessoas, a respeito do seu trabalho, da sua dedicação, do que constrói para o futuro e para a sociedade após o seu passamento, não temos o hábito cultural de fazer o resgate e o reconhecimento do que essas pessoas representaram quando aqui estiveram como caminheiros.

O Deputado Augustinho Zucchi representante do Sudoeste e componente da Bancada do PSDB fez uma lembrança e um registro com relação ao trabalho que a CNBB faz na Pastoral da Criança.

Esse trabalho teve início em um homem que é de Londrina. Que deu a sua vida como pastoreiro da Arquidiocese de Londrina Dom Geraldo Fernandes foi, por muitos anos, um grande líder espiritual dos católicos da grande Londrina. Foi criado em função de uma situação gravíssima, que era a situação vivida pelo município Florestópolis. Onde os índices de mortalidade infantil era, na década de 70, equiparados a beligerante Biafra, aquela situada e que pedia independência da Nigéria. Era mais

ou menos a situação de Biafra, nos anos 70 e, lá com a presença da UNICEF, fez-se um trabalho que hoje, ele é exemplo não só, para Londrina, Paraná, mas para o Brasil e para o mundo, de resgate do trabalho que a comunidade pode fazer em relação da vida.

O Deputado Alborghetti fazia aqui no seu discurso, uma lembrança do "Direito a vida". Com certeza, a Pastoral da Criança, ela faz o resgate desse tão valioso direito, que é o de aspirar a viver especialmente nas comunidades mais pobres do nosso Estado.

Mas, aqui, feito esse registro quero colocar duas questões. Os Deputados que nos antecederam falaram muito em Educação Popular, porque a Pastoral da Criança é antes de tudo, Sra. Secretária Saliba, como a Educação da Comunidade, que se prepara, que organiza e apresenta para resolver os problemas comunitários.

Falar em violência que está extremamente ligada a falta de cultura do nosso povo, está vinculada a falta de acesso com igualdade de oportunidade a todos aqueles que teriam necessidade de se formar.

Falo isso, para colocar uma informação ou a postura das Secretarias de Educação com relação aos cursos profissionalizantes.

Muitos jovens, que hoje, bandeiam e passam a caminhar o caminho da droga, do craque, da violência e da morte precoce, é em função, exclusivamente, da falta de oportunidade.

Em 1995, início de 1996, o Estado do Paraná através da Secretária Estadual de Educação resolveu por bem extinguir os Cursos Profissionalizantes do nosso Estado, especialmente, o Magistério, curso de Técnico em Contabilidade, o curso de Enfermagem e o curso de Técnico Agrícola.

Há dois dias, ou três dias atrás a Sra. Secretária Alcione Saliba, vem de público afirmar que está buscando uma nova alternativa para os cursos profissionalizantes do nosso Estado.

Sr. Presidente, solicito a sua permissão, para que eu possa ler as declarações e as afirmações da Sra. Secretária Saliba.

(**Lê**):

"Colégio agrícola terá ensino médio a partir do ano que vem.

Dois em Um

Colégio Agrícola de Toledo: a partir de 2000, alunos vão aliar ensino médio e profissionalizante

Arquivo Folha

Vânia Casado

De Curitiba

Alcyone Saliba: inédito"

Os novos currículos dos colégios agrícolas do Paraná, adaptados às necessidades do ensino médio, entrarão em vigor já a partir do ano que vem - com a instituição do ensino agrícola profissionalizante. Com a alteração, os alunos poderão fazer as aulas do ensino médio normal, ao que mesmo tempo que frequentam as

aulas do ensino profissionalizante. Assim não vão mais precisar concluir os três anos do ensino normal para só depois fazer o profissionalizante. Os dois níveis de ensino poderão ser realizados juntos, com economia de tempo e dinheiro.

Devemos antes de tudo e de qualquer iniciativa Deputado Irineu Colombo, que presidi a Comissão de Educação desta Casa, não pensar na questão econômica, mas pensar em primeiro plano no que nós podemos com esta mudança, fazer com que nós possamos profissionalizar os nossos jovens, nos mais diversos setores. E que eles não se circunscrevam apenas nesses quatro cursos que acabamos de nominar. Mas, que eles possam efetivamente estar formando para dar a sua contribuição a sociedade e que possam encontrar nessa sociedade um ponto de apoio para que possam igualmente terem seus planos e seus projetos de vida, pelo menos encaminhados para a sua existência e afirma mais. Segundo ela, esse modelo está sendo implantado de forma inédita no Paraná e não vai ferir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional que promoveu mudanças no ensino médio do país a partir de 96.

Conforme a nova LDB, o ensino secundário de segundo grau, passou para o ensino médio o nível de educação geral e o profissionalizante foi transferido para o período pós-médio. A legislação permite uma flexibilidade do currículo no limite de 25% de forma que a escola possa direcionar a formação escolar, de acordo com as necessidades dos alunos.

Ora, não venho aqui bombardear a proposta da senhora Secretária, até porque nós não conhecemos, mas quero levantar uma grande discussão, para que esta Casa tome ciência e que este Poder passe a discutir e a se inteirar desta questão porque ela é primordial para o nosso futuro e futuro das gerações e da nossa juventude.

Solicito, com a aquiescência do Senhor Presidente da Mesa Executiva que ela possa vir, Deputado Valdir Rossoni, ao Plenarinho ou a este Plenário ou mesmo à Secretaria de Educação, junto com o Conselho Estadual de Educação, para que possamos conhecer o projeto - Não como foi com a sua extinção, abruptamente, tolhendo os educadores do nosso Estado, de maneira repentina, mas que acho que podemos acompanhar o projeto e acompanhar a sua evolução e com isto, esta Casa, valoriza o seu trabalho e valoriza o trabalho dos que querem um curso profissionalizante atualizado com as nossas necessidades.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tony Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Angelo Vanhoni, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 009/99, constante da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado,

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/99, de autoria do Deputado Angelo Vanhoni, em anexo os Projetos de Lei nº 011/99 e 126/99, que institui o Programa Estadual de Incentivo a Cultura, regulamentando o parágrafo único do art. 190 da Constituição Estadual, criando o Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. (Publ. no D.A. nº 05, de 23.02.99)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 009/99

P A R E C E R :

Este projeto de lei de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, institui o Programa Estadual de Incentivo a Cultura. Regulamenta o parágrafo único do art. 190 da Constituição Estadual, e cria o Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural e dá outras providências.

Esta Comissão chamada a se manifestar, em relação à legalidade e à constitucionalidade da proposta apresentada, nada encontrou que possa impedir sua tramitação por esta Casa de Leis.

Nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
WALDYR PUGLIESI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 09/99

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 09/99, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, institui o Programa Estadual de Incentivo a Cultura, regulamentando o parágrafo único do Art. 190 da Constituição Estadual, e criando o Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural.

Na justificativa, o autor do projeto ressalta a indiscutível importância da produção artística como expressão cultural da sociedade. E, mencionando os artigos 215 e 216 da Constituição Federal que recomendam a matéria, oportunamente lembra que a Constituição do Paraná oriente a repercussão do tema em seu art. 190 e parágrafo único.

Trata-se de iniciativa visando a valorização das potencialidades culturais, com mecanismos que protejam e estimulem a produção e o conhecimento dos bens e valores da nossa terra. As argumentações e providências elencadas recomendam a sua acolhida pelos membros desta Casa de Leis, razão pela qual manifestamos parecer favorável ao projeto em discussão.

Sala das Comissões, em 10.05.99.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente
EDGAR BUENO - Relator

Em votação.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Deputado Nelson Justus, Secretária de Estado da Cultura, Senhora Lúcia Camargo, membros da Mesa; Senhores Deputados, cara amiga Presidente da Fundação Teatro Guaíra, Mônica Richbieter; membros do Conselho Estadual de Cultura do Estado do Paraná; Senhor Diretor da Casa de Cultura de Londrina, Professor Alcides; Diretora da Fundação Cultural de Londrina, aliás, da Secretaria Municipal da Cidade de Londrina; Senhores Amigos, membros de diversas categorias que produzem cultura na cidade de Curitiba, Estado do Paraná; produtores culturais; diretores da área de cinema, em especial a Associação dos Profissionais de Cinema do Estado do Paraná; Associação dos Profissionais em Artes Cênicas; Sindicato dos Empresários e Produtores do Estado do Paraná; Sociedade Brasileira de Autores Teatrais; Centro Cultural Teatro Guaíra; Centro de Letras do Paraná; Sindicato dos Artistas e Técnicos em espetáculos de diversões do Paraná; Associação dos Artistas e Técnicos em espetáculos de diversões do Paraná; Associação dos Artistas Plásticos do Paraná; Associação de Cinema e Vídeo do Paraná, Instituto de Pesquisa e Artes Visuais do Paraná e membros da Comissão Municipal da Lei de incentivo à Cultura da Cidade de Curitiba que estão aqui presentes.

Os Senhores Deputados tiveram a oportunidade na semana passada de abrir essa discussão a respeito da cultura no Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa, por uma decisão unânime, no final do mês de junho, aprovou um requerimento que deu origem a constituição daquele Seminário, que por gentileza e por solicitação do Presidente da Federação Indústria e Comércio, Senhor Antonio Gomes de Carvalho, foi realizado lá no Auditório do CIETAP, na Federação da Indústria e do Comércio, e nós ficamos muito felizes pela iniciativa da direção da FIEP, acho que em nome dos Senhores Deputados posso assegurar isso,

porque a experiência que a Cidade de Curitiba tem e as leis de incentivo a cultura têm no nosso Brasil, é de que se não houver um envolvimento do setor empresarial, do poder público, se não houver um envolvimento ativo e consciente da sociedade civil expressa dos seus produtores de cultura, dos agentes culturais da sociedade, não há legislação de apoio à cultura que possa vicejar e possa dar bons frutos em qualquer sociedade.

Esta legislação que está em pauta hoje, que a Assembléia Legislativa abre a discussão e demonstra para o resto do Paraná que a cultura é um fenômeno do ponto de vista da prioridade da preocupação da sociedade.

Na realidade, esperamos inaugurar um período novo no nosso Estado. A educação no nosso país, assim como outras atividades humanas, notadamente a saúde, já tem do ponto de vista do ganho da consciência do conjunto do nosso povo, a incisão lá como letra importante, de que para as verbas, para garantir a vida no nosso país, pelo menos um determinado percentual, é necessário que a União, os Estados e os Municípios invistam os seus recursos públicos na área de saúde. Na educação não é de outra maneira, já é uma conquista da sociedade, que obrigatoriamente, os Estados, os Municípios, a União têm que investir um percentual das suas verbas, dos impostos que são oriundos da atividade produtiva da sociedade, para garantir a formação educacional da nossa juventude e do nosso povo.

Diria que está chegando o momento. O Brasil caminha com muitas dificuldades, mas está chegando o momento de que a gente possa se equiparar com aquilo que acontece sobretudo no 1º mundo.

Recentemente recebi uma correspondência da Cristine Batista, não sei se ela está aqui presente, sei que a Iracema e outros membros da Comissão Municipal de Cultura aqui de Curitiba estão, e estava se dirigindo, representando a Fundação Cultural de Curitiba, estava se dirigindo à França, na Cidade de Grenoble, aonde na semana passada deu início a um Seminário Europeu de apoio à Cultura nos países da comunidade européia. Lá, mesmo com toda a tradição, mesmo quando cada calçada, cada trilha fala a respeito da história do seu povo, tem uma fala direta para a alma e para o coração de cada europeu. Mesmo lá onde os povos já têm um índice de uma qualidade de vida, já garantiram determinadas necessidades básicas de sua sobrevivência, lá ainda o estado entende a necessidade de ter legislação específica que possa fomentar e impulsionar a produção cultural, seja na Espanha, seja na Holanda, seja na Alemanha, na França, seja em qualquer país rico da Comunidade Européia.

No Brasil não precisamos muito discorrer da necessidade que o Estado tem de resgatar a dívida social que tem para com o seu povo, mas, sobretudo, a dívida que tem, do ponto de vista, de introduzir uma dinâmica séria, consistente, perene de uma política cultural que

possa dar tranquilidade para a sociedade brasileira para que ela possa se formar, do ponto de vista cultural.

No Estado do Paraná esta legislação é emergente.

O Estado do Rio Grande do Sul, que é um Estado parecido com o nosso, do ponto de vista do BIB; o Paraná produz, mais ou menos, perto de 55 bilhões de reais em BIB. O Estado do Rio Grande do Sul produz 62 Bilhões de BIB. O BIB deste ano é estimado para esses valores.

As dificuldades financeiras do Paraná nós sabemos, todos nós aqui temos consciência disso, as dificuldades financeiras dos estados brasileiros são iguais as dos paranaenses, ou até piores, como em alguns estados do Nordeste. No entanto, alguns estados já estão a nossa frente, talvez por culpa nossa, por culpa da Assembléia, por culpa dos produtores culturais, por culpa coletiva nossa de não entendermos a cultura como uma prioridade nas atividades humanas.

O Estado do Rio Grande do Sul, mesmo com as atividades ainda no Governo do Antônio Brito, no ano de 97/98, incentivou com legislação fiscal própria do ICMS 47 milhões de reais em obras de cultura do povo gaúcho, dentro daquilo que o Deputado Alborghetti, corretamente, assinalou da importância da valorização daqueles que produzem cultura aqui no Estado do Paraná. A nossa experiência paranaense é uma experiência singular, do ponto de vista da nossa relação entre nós e com a natureza, e com a sociedade. E essa experiência singular, certamente, tem os seus valores culturais e artísticos. O que falta para nós é recuperar, talvez, o orgulho da produção cultural que nós produzimos e termos instrumentos que possam dar visibilidade tanto para nós paranaenses, quanto para o resto do nosso País.

Dizia a Secretária da Cultura, no Seminário que realizamos agora na Federação da Indústria e Comércio, talvez algo que nenhum dos senhores aqui conheça e nem o Deputado Edgar Bueno, nem o Deputado Baratter que são dessa cidade. A Cidade de Cascavel, pela quantidade de produção de cinema, é a maior produtora de cinema do Estado do Paraná. E isso por conta própria, com o sacrifício próprio abnegado de meia-dúzias de pessoas que querem pôr na tela do cinema a experiência coletiva ou singular da experiência dos cascavelenses e dos paranaenses que moram lá. Imagino o Estado do Paraná ser fermentado de uma forma nos próximos 05, 10 anos em todos os municípios, e aí a Secretaria de Cultura, e o trabalho da Lúcia, perseguir esta meta, não pode deixar, porque eu fui convidado, mas não pude estar, a presença de cada prefeitura e que na maioria delas não têm um Secretário que se ocupe, única e exclusivamente, da pasta de cultura nos nossos municípios. Para que cada município possa ter uma atividade voltada a valorizar e a garantir a expressão cultural do seu povo.

A Maria Cristina de Andrade Vieira, que faz parte do Conselho da Direção da Federação da Indústria e do Comércio, por incumbência do Presidente encomendou uma pesquisa junto aos empresários do Estado do Paraná perguntando quais as atividades que os empresários do

Estado, em todos os ramos - no ramo da alimentação, da indústria metal-mecânica, na química, na madeireira - e no Estado inteiro fizeram 400 questionários e todos foram respondidos.

À pergunta, se o empresário investia em cultura, 95% disseram que investia em cultura. À pergunta seguinte: "Qual a modalidade de cultura que investe?" 87% responderam "Churrascada"! Veja bem, 87% dos empresários entrevistados, responderam que investiam em churrascada, o restante em confraternização de final de ano ou em futebol.

Isto revelou um dado do ponto de vista de um setor da sociedade que têm recursos, que contribui decisivamente para o desenvolvimento do nosso Estado, do ponto de vista da geração de riqueza, de impulsionar a produção, do envolvimento de um setor tão distante do ponto de vista daquilo que entendemos como cultura de uma forma mais ampla.

Um trabalho de conscientização precisa ser feito! Espero que com esta legislação possamos não deixar o Fiani, não deixar a Berenice, não deixar os artistas de Cascavel, não deixar a produção do Festival de Teatro de Londrina - que talvez seja o Festival de Teatro Internacional mais reconhecido na América Latina e no resto do mundo produzido aqui no nosso Estado do Paraná - tendo dificuldade para captar míseros recursos para poder viabilizar a sua obra de cultura.

A Legislação vem para cumprir uma brecha. Não substitui a política cultural do Governo, ela não substitui a ação cultural da Secretaria de Cultura, nem das Fundações, nem das Secretarias Municipais. A Legislação garante regras mínimas para que o setor cultural da sociedade possa ter uma certa estabilidade para poder produzir cultura. E, quando produzimos cultura, cada vez que uma peça é encenada, seja com cinco atores, seja um monólogo, cada vez que uma peça é encenada num palquinho de teatro escondido neste território nosso chamado Paraná, os senhores podem ter certeza que a costureira ganhou um emprego para costurar o figurino, quem montou o cenário ganhou um recurso para montá-lo, há uma dinâmica do ponto de vista da cultura e atrelada à questão dos serviços do turismo que revela hoje no mundo o quanto o investimento em cultura pode ser rentável no desenvolvimento das sociedades.

Disse aqui outro dia, quando fiz um discurso a este respeito: a Espanha, há vinte anos atrás era o primo pobre, junto com Portugal, da comunidade econômica européia. Hoje a Espanha e os portugueses estão comprando as estatais brasileiras de telefonia, empresas de capacidade tecnológica mais avançada que o Brasil tem, e do ponto de vista do comércio ou serviços, os portugueses entram aqui. Não só no Brasil, mas na América Latina e resto do mundo.

A Espanha hoje desfruta de uma situação do ponto de vista econômico singular nos povos europeus. O PIB de Madrid rivaliza, hoje, com Paris, do ponto de vista da alíquota, serviços e cultura, trazendo visitantes do mundo

inteiro, para visitar e levar dólares, para a cidade de Madrid. Uma das capitais culturais, hoje, da Europa - Paris é a eterna, com a sua pujança, que todos conhecemos - mas hoje, em segundo lugar a Espanha, que desfruta de uma qualidade de vida, se vemos o PIB do turismo ligado à questão cultural, hoje é determinante na qualidade de vida do povo espanhol como um todo.

Espero que os Senhores Deputados entendam a importância dessa legislação. Todos os Estados do Brasil já possuem, com raras exceções, leis que incentivam a cultura. Isso porque, quando o Fernando Collor de Mello assumiu a Presidência da República, fez terra rasada em todos os grandes institutos que davam apoio à produção cultural do nosso País. A sociedade começou a procurar caminhos para resolver os seus problemas, que não fosse mais o Governo Federal.

Começou no Estado de São Paulo: Lei Municipal de Cultura; no Estado do Espírito Santo, Lei Estadual de Incentivo à Cultura; na cidade tal, lei municipal - aqui em Curitiba aconteceu isso, a Lúcia Camargo era Secretária de Cultura na época, o Prefeito era o Senhor Jaime Lerner, houve o envolvimento da classe artística a nível nacional, dos intelectuais, para prover o Brasil de alguma legislação que pudesse fomentar a cultura. Com o fim do Governo Collor e com o Itamar, a Lei Roanier se consolidou, estimulando a renúncia fiscal e o apoio à cultura no Imposto de Renda e os estados brasileiros prosseguiram com esse mesmo caminho, construindo leis, que apóiam a cultura nos seus Estados.

Hoje vamos dar um passo importante, se aprovarmos esta lei, em 1ª Discussão. Depois teremos mais duas votações. Vamos abrir um espaço para discutir com as áreas de governo e com a comunidade cultural.

Queremos uma legislação que não precise sofrer percalços no começo ou no final do ano que vem. Que seja uma Legislação clara, cristalina, que possa dizer para o nosso povo: a indústria cultural do Estado do Paraná vai acontecer. É isso que queremos.

Quero agradecer o apoio do Deputado Nelson Justus, da Mesa Executiva. Quero agradecer o apoio do Deputado Valdir Rossoni e dos Senhores Deputados, das belas palavras dos Deputados José Maria Ferreira e Luiz Carlos Alborghetti - são palavras que não têm nada a ver com Deputado Vanhoni - me dão um orgulho muito grande, em ajudar nesse processo, mas quem garante a realização de uma boa lei fomentar a cultura no Estado do Paraná - não em Curitiba, vamos ter um trabalho enorme. Porque queremos uma lei que possa ajudar, cada município poder ter um pouquinho de participação do ICMS, do empresariado, na produção de cultura em cada escola e comunidade, por mais perdida que esteja no Estado do Paraná.

Para que a gente possa daqui a cinco, seis anos, mais do que já temos, ter orgulho de sermos paranaenses.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. MOISÉS LEÔNIDAS (Para Encaminhar)

Senhor Presidente?

(Assentimento)

O SR. MOYSES LEÔNIDAS (Para encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, Sra. Secretária de Estado e Cultura, não poderia deixar passar a oportunidade para deixar consignado e cumprimentar o Deputado Ângelo Vanhoni pela belíssima exposição e também pelo projeto. Quero cumprimentar as pessoas ligadas à cultura, os interessados, em especial o Secretário de Cultura do meu município, o de Londrina, Dra. Angela Marsal, o ex Secretário de Cultura, Chefe de Cultura da Universidade Estadual de Londrina, o meu amigo professor Alcides Carvalho. E dizer que há muito tempo, Deputado Ângelo Vanhoni, vínhamos sonhando com um projeto desse aqui - chego aqui nesse meu primeiro ano, como Deputado e que V.Exa. teve essa brilhante idéia. Também fui Secretário de Cultura do Município de Londrina e sei da dificuldade que a área cultural padece, não só no Paraná, mas no Brasil inteiro. Lamentavelmente quando se aperta o cinto nos orçamentos tira-se da saúde, da educação e a cultura, já sabemos o que acontece com a cultura.

E aqui, em especial, Curitiba que é uma cidade tida como capital até cultural do País, porque muita coisa acontece aqui, é uma cidade cantada, em verso e prosa, por ser a Capital do Paraná e que daqui parte um movimento que realmente deva contribuir com um pouco de cultura para os demais municípios. E aí, o Município de Londrina, como o segundo maior do Estado, não deveria deixar passar em branco e vejo aqui a Secretária e demais pessoas ligadas à cultura de Londrina dando apoio.

Fui Vereador, em Londrina, durante três legislaturas e fizemos algumas leis incentivando a cultura da cidade, dentre as quais convocando o industrial, o empresariado, de modo geral, da cidade, para participar.

Mas, lamentavelmente, é também uma questão cultural, o Deputado Vanhoni colocou bem a pesquisa, ele prefere gastar com churrasco do que com alguma coisa que traga benefício cultural para a própria cidade.

Então, para deixar apenas consignado, cumprimentando, mais uma vez o Deputado e dizer que a cultura de um povo se mede pelo seu amor as artes.

Tomara que este projeto prospere!

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. EDGAR BUENO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Cidade de Cascavel foi citada, e quero relatar um fato que reforça o apoio ao Projeto 009/99, do Deputado Ângelo Vanhoni.

Cascavel já produziu, meu caro Deputado Vanhoni, vários filmes, e entre tantos acaba de produzir um chamado "A Saga". O custo desse filme foi de R\$ 400.000,00, todos oriundos da iniciativa privada e dos

artistas que lá participaram, nenhuma participação do município, nenhuma participação do Estado.

As emendas apresentadas no Orçamento anterior, apresentamos um valor para que se criasse, em Cascavel, um núcleo cinematográfico, haja visto que, são vários os filmes produzidos naquela cidade. E infelizmente, para o lamento de todos nós e da população do Paraná, o Governo não cumpre sequer os protocolos assinados às vésperas da eleição passada. Nenhuma prefeitura que assinou os protocolos recebeu as verbas ajustadas pelo Governo, e por isso que esta lei vem dar, então, a oportunidade para que o povo paranaense, os artistas paranaenses, possam estar regulamentados, para criar este Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural, para que possamos desenvolver, com dignidade, com respeito e com recursos a cultura do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente, gostaria de dizer que esta é uma tarde muito especial, aqui na Assembléia Legislativa, quando comparecem artistas da nossa Cidade de Curitiba, do Estado do Paraná, fazendo uma reivindicação mais do que justa.

E também é momento de cumprimentar o brilhante Deputado Ângelo Vanhoni, pela sua exposição e pelo seu projeto.

Mas, gostaria de comentar com os nobres Deputados, que estamos próximos dos dias de realizar o Orçamento do Estado do ano vindouro. E está na hora de mudarmos a situação da Secretaria da Cultura também, colocando na Secretaria mais recursos para a cultura de nosso Estado.

Porque não pode a Secretaria da Cultura existir, basicamente, sem recursos, se não me falha a memória, hoje, não chega a 1% do Orçamento do Estado para a Secretaria da Cultura. A Secretária que aqui está, pode nos dizer, 0,5%? Ora, isso deve bater forte na consciência de todos nós aqui da Assembléia Legislativa, porque vamos analisar o orçamento e podemos ampliar os recursos deste orçamento para que o Estado do Paraná se diferencie ou pelo menos se coloque no mesmo patamar do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e de outros países, como disse o nosso Deputado Ângelo Vanhoni. Portanto, Deputado Vanhoni, pode contar com o nosso apoio no seu projeto, mas além do seu projeto, gostaria que a Casa olhasse com muito carinho, no sentido de aumentar o orçamento para a Secretaria da Cultura.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Para Encaminhar)

Vou escolher - o Prof. Alcides está aqui, de Londrina - mas vou escolher o Fiani. Permita-me chamá-lo Fiani, porque é meu amigo, meu irmão, começamos juntos.

Se esses homens, não entendo, ou sou louco, ou nasci antes do tempo, porque uma pesquisa que se faz por

empresários, que dirige uma empresa, que tem milhares de funcionários e diz que cultura é churrasco. Está na hora de o Paraná tirar a máscara e lavar a cara. Cultura é eles que estão aí, na miséria, no sofrimento, implorando com um pires na mão, como faz o Fiani, para divulgar as suas peças em Curitiba, e não pode passar de Curitiba para São Paulo, para o Rio. Mas quem é o Fiani? É do Paraná!

Agora, quando vem o povo lá, de cá, veio uma “cocoroca” esse dias, faturou uma grana aqui. Vem outro, fatura uma grana e leva embora. Quando eles estão duros correm para cá, para beliscar algum. E lota, todo mundo divulga. É uma fantasia! E a “cocoroca” cobrava 70 reais. A “cocoroca” ficou dura, veio para cá. Não vi nada de cultura! Me falaram que não tinha nada de cultura. Cultura é o Teatro Lala Schneider, que fica lá, o Fiani lutando, desgraçadamente todo dia, para divulgar a peça dele, eu falando em cultura na televisão: vamos aplicar, vamos lutar!

Cadê o investimento? Ao invés de investir em churrasco, em futebol? Futebol é cultura? Esta semana perdi o controle, soube que a casa fechou. Fecharam a casa, reuniram ali acho que uns cem empresários. A casa fechada. Mande a equipe lá. Falei: “o que é que está acontecendo na casa”? A casa fechada. Fiquei quieto. Aí me bateram: “cultura”? Que diabo de cultura é essa? É uma cultura que tem aí. Aí fui para a televisão e pau. Aí o homem entrou na minha sala, como se fosse o dono do mundo, disse: “não admito que o senhor fale da minha casa, porque eu prego a cultura, levo a cultura”. Aí respondi: “mas quem é você, que diabo é isso. Me respeita. Que cultura é essa. Fecha uma casa, estão trezentas mulheres numa revista de mulher pelada, põem todo mundo lá dentro e vem falar que isso é cultura? Cultura é teatro, cultura é educação. Saia da minha sala!” Saiu. Não bastasse, agora vem Vossa Excelência dizer que os homens pensam que cultura é fazer churrasco em chácara, bater uma bolinha, isso é cultura.

Meu Deus do céu! Vamos aprovar esse projeto. Tenho certeza, se o Governador do Estado do Paraná tiver, como ele sempre pregou na sua plataforma de governo cultura para o Paraná. Ele haverá de aprovar esse projeto e levantar, não na mentira, na verdade, a verdadeira cultura que temos que plantar no Estado do Paraná. Se ele não plantar, direi a ele: “o senhor é mentiroso”.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Ouvi aqui o pronunciamento do Deputado Ângelo Vanhoni e estivemos, pela manhã, conversando com o autor desse projeto. Mas é importante que se diga nesse momento que há o maior interesse de incentivar a cultura neste Estado.

É importante que se diga o procedimento que vai ocorrer para podermos tornar esse projeto viável e exequível. Vamos votar em primeira votação, vai haver uma ampla negociação entre o Poder Legislativo e o

Poder Executivo, para que possamos aprovar um projeto e este ser sancionado pelo Governador Jaime Lerner e possa ser executado.

Tenho muita preocupação quando vem a esta Casa um projeto desta magnitude, pois se torna muito fácil o discurso e os aplausos e depois o projeto não é executado.

Então, com a responsabilidade que me cabe como Líder do Governo, que existe a predisposição do Governo do Paraná em aprovarmos esse projeto. Aprovaremos em 1ª Discussão e a partir de amanhã, com a ajuda do Presidente desta Casa, de todos os Deputados e principalmente com a sabedoria do Deputado Ângelo Vanhoni, para que façamos uma ampla negociação com os Secretários do Planejamento, da Fazenda e da Cultura, e possamos aprovar aqui esse projeto e que possa ser executado na sua íntegra.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em discussão. Em votação o Projeto de Lei nº 009/99 de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de lei nº 212/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que concede o Título de Cidadão Honorário, ao Senhor Antonio Barea, Proprietário da Empresa: Minerva Dimax Comércio Farmacêutico Ltda. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 212/99 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Antônio Barea.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.09.99.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
ANTONIO BARATTER - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 398/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar uma área de terras e benfeitorias à Prefeitura Municipal de Palotina. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 398/99 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Palotina, uma área de terras e benfeitorias nela existente, medindo 2.400,00 m², no perímetro urbano da Cidade de Palotina, registrada sob a matrícula nº 10.413, ficha nº 01, do Livro nº 2, do Registro Geral, do Registro de Imóveis da Comarca de Palotina.

Art. 2º - O imóvel referido no art. 1º desta lei, será destinado, exclusivamente, para a construção de um Complexo de Saúde, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se, automaticamente, sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04.10.99.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
ANTONIO BARATTER - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 454/99, que aprova a abertura de crédito suplementar e, simultaneamente, altera na composição das fontes de recursos no valor de R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA. **Aprovado.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 062/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 007/99, que revoga o Parágrafo Único, do Art. 30, da Lei nº 6.174, de 16 de Novembro de 1970 (Estatuto dos Servidores Públicos do Estado). PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (**Publ. no D.A. nº 12, de 08.03.99**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 62/99

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 007/99, que revoga o Parágrafo Único, do Art. 30, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1997 (Estatuto do Servidor Público).

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontra-

mos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 18.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, o Projeto de Lei nº 062/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 007/99. Revoga o Parágrafo Único do Artigo 30, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970 / Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Paraná.

O artigo ao qual está vinculado esse Parágrafo Único, diz o seguinte: artigo nº 30, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970 / Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Paraná.

O artigo ao qual está vinculado este parágrafo único, diz o seguinte:

(Lê):

“Art. 30 - Das instruções para o concurso constarão: o limite de idade dos candidatos, que não poderá exceder de quarenta e cinco anos completos; o número de vagas a serem providas, distribuídas por especialização, o prazo de validade do concurso, de dois anos, prorrogável a juízo do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único - É assegurado o provimento dos cargos vagos, pelos candidatos para esse fim habilitados e concurso, dentro de noventa dias da abertura das respectivas vagas”.

Na semana passada tivemos aqui defronte ao Palácio Iguaçu, depois de recebidos pelo Secretário Candido Manuel Martins de Oliveira e também pela Secretária Maria Elisa Pacciornik, integrantes de um concurso público já realizado com todas as suas etapas já concluídas e, que previa este concurso destinar um número maior de pessoas para trabalhar na Polícia Civil do Paraná.

Concurso realizado já pelo menos há dois anos.

E o que se pretende com esse projeto de lei, com essa mensagem do Governador. Ao eliminar o parágrafo único, é justamente eliminar essa obrigatoriedade que tem o Governo, de contratar as pessoas concursadas dentro de um Plano de Concurso elaborado pelo próprio Governo.

Pessoalmente, vou votar contrário a este projeto de lei, não discutimos ainda a nível de Bancada de PMDB, e nem do nosso Bloco de Oposição. Mas, entendo que é tirar do servidor ou do cidadão que prestou um concurso o seu direito legítimo de ter assegurada a sua contratação.

Sabemos que muitas vezes, para cumprir todas as etapas de um concurso público, muitas pessoas se obrigam até a deixar os seus empregos, deixar os seus postos de trabalho, e depois ficam aguardando receita

financeira, por não estarem trabalhando. O Governo não cumpre aquilo que está na Lei 6174.

Se deixarmos livre, o Governo vai fazer os concursos, e daí? Só Deus sabe quando é que vão ser chamados.

Poderá, evidentemente alguém até argumentar: mas como é que vamos fazer o enxugamento da máquina, se não dermos esse dispositivo ao Governo? É só o Governo não abrir os concursos. É só o Governo não lançar o edital, colhendo receita através das inscrições para esses concursos, e depois de realizadas essas etapas, não contratando as pessoas de uma forma a desrespeitar por inteiro o direito de cidadania das pessoas.

Entendo que este dispositivo, parágrafo único, do artigo 30, da Lei 6174, é necessário que permaneça até como imperativo para que os governantes, seja o de agora ou os do futuro, não venham a praticar aí livremente a indústria do concurso público, criando uma falsa expectativa nas pessoas.

Então, é necessário que permaneça este dispositivo, para que o Governo só realize o concurso quando realmente puder e for necessária a contratação daqueles servidores.

Por isso, manifesto o meu voto contrário neste projeto e concito a todos para que também votemos contrário a isto em respeito ao cidadão que prestou concurso, que gastou o seu dinheiro, que deixou o seu emprego e que aguarda, no caso específico, hoje, da Polícia Civil, a sua contratação. Dos futuros concursos, que aguardam a oportunidade de trabalhar sem que haja esta indústria do concurso.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar)

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

A mensagem do governo trata da questão da revogação do parágrafo único, do artigo 30, para que ele possa adequar a situação, atualmente econômica e financeira.

Na Comissão de Constituição e Justiça, votei favorável, até para que pudéssemos ter a grande discussão neste Plenário.

O Artigo 30 da Lei 6174, que dá estofo ao parágrafo único, ele estabelece que o Governo tem que contratar no período de 90 dias, aqueles que forem aprovados em concurso. Estamos desde 97 com concursados aprovados e feitos alguns cursos de preparo psicológico e psico-social da polícia civil para as áreas de escrivão e investigadores. Ora, o Quadro da Polícia Civil está há 21 anos com a mesma configuração. Curitiba tinha menos de 800 mil habitantes. Londrina tinha menos de 300 mil. Hoje soma mais de um milhão e meio e Londrina soma mais de 550 mil habitantes. Têm doze investigadores em Londrina. Doze numa cidade 550 mil habitantes e tem um concurso aprovado, e aprovados desde 97. Portanto, há dois anos e neste momento o governo alegando contenção de despesas, cassar o direito destes cidadãos que passaram e no dia 30 de julho, o atual Diretor Geral da Polícia, Delegado Nilton Rocha já anunciava um outro

concurso, sem ter sequer chamado aqueles que passaram, que se submeteram a testes posteriores e agora, como ficam os outros que passaram? Como fica a população de Londrina, de Curitiba, de Cascavel, que está com o mesmo quadro há 21 anos? É inadmissível nós aqui votarmos favoráveis a este projeto hoje, onde observamos cada vez mais o recrudescimento da violência, da droga, da prostituição, do tráfico e continuamos com os mesmo aparelho policial, com a mesma incompetência em dar resposta às questões da sociedade e agora esta Casa vem compactuar com o governo, cancelando o concurso. Na prática, Deputados, estamos cancelando o concurso realizado em 97.

Se tivermos um pouco de respeito para com a nossa população não temos condição de fazer isso e há 60 dias atrás, o nosso Secretário de Segurança Pública afirmava que dentro de 40 dias estaria chamando os concursados em 1997. Falou em Cascavel o Deputado Edgar Bueno. Então não dá para fazer isso. Sugiro ao Líder do Governo que submeta à votação, mas peço ao Senhor Presidente que retire este projeto de pauta e façamos o governo contratar esses que estão aí concursados, porque temos uma situação muito mais grave, porque estamos terceirizando sem sequer o mínimo de preparo dos policiais.

O Sindicato dos Policiais de Londrina já fez a denúncia há 40 ou 50 dias atrás, da situação que é escamoteante do respeito à legislação. E tem mais. E sabe quem contrata pela Secretaria de Segurança, Deputado Alborghetti? É justamente o Instituto Tecnológico e Industrial. O que tem a ver o Instituto Tecnológico e Industrial com a contratação de policiais, o que tem a ver, Deputado Alborghetti, sem o mínimo de preparo, estão terceirizando a função essencial ao Estado e agora tem aqui um projeto para que cancelemos um concurso público? Ora, só se estivermos trabalhando contra o povo do nosso Estado, só se estivermos passando um recibo em branco de que a segurança está boa, de que a segurança é compatível com o nível de dignidade do nosso povo. Se estivermos com esse sentimento, convoco todos que votarem favorável ao projeto. Agora se não tiver, por favor, precisamos dar um voto contrário, para que tenhamos condições de fazer uma negociação.

Entendo, Deputado Valdir Rossoni, que o governo precisa ter um instrumento para ajustar a despesa do Estado. Agora, quem faz a abertura de vagas é o próprio governo. E ele que não faça abertura de vagas, e ele que não convoque a sociedade a fazer filas e mais filas, recebendo o dinheiro da inscrição e depois negando o direito do acesso ao quadro para o qual os concursados obtiveram aprovação.

É por isso que é impossível fazer a votação nesse projeto e eu sugeriria que tivéssemos um entendimento com o governo, com a Liderança do Governo, para que pudéssemos retirar o projeto de pauta, fazer uma negociação com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná para admissão desses funcionários, porque

necessários eles são, porque têm e estão contratados pelo Instituto Tecnológico do Paraná, e faço aqui uma denúncia de desvio de função. Então, mais uma razão para não darmos a nossa aprovação a este projeto, Deputado Divanir Braz Palma.

O SR. HERMES FONSECA (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O governo fundamenta este projeto na sua incapacidade financeira para fazer novas contratações de pessoal e presumo também na sua justificativa pelas limitações da Lei Camata.

Ora, não é possível, Senhor Presidente, que uma situação de conjuntura desfavorável, apenas com que se altere uma lei que garante aos concursados o seu acesso, quando aprovados em concurso.

Portanto, nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores entendemos que a administração pública e o governo em especial tem que fazer planejamento de médio e longo prazo para saber das suas necessidades e da sua capacidade financeira.

E por isso, nós do Partido dos Trabalhadores manifestamos nosso voto contrário e pedimos aos demais Pares também que nos acompanhem.

Muito obrigado.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente Nelson Justus, Senhores Deputados, nós, muitos Deputados têm recebido a pressão de pessoas que fizeram concurso na polícia civil, pagaram o custo da inscrição, passaram na primeira fase, saíram lá do interior, vieram para Curitiba, ficaram alguns dias aqui, pagaram mais um custo operacional para este segundo teste físico, alguma coisa assim, a despesa girou em torno de 250 reais, as pessoas que fizeram o concurso e passaram no concurso e estão esperando serem chamadas.

Então, se nesse momento, aprovarmos este projeto de lei que ninguém foi contratado naquele concurso. E se você ler o comentário que se faz sobre o Estatuto dos Funcionários Civis do Estado do Paraná quando os juristas tratam deste parágrafo único, os juristas explicam a função do parágrafo único no sentido de evitar a indústria do concurso. Quando os legisladores, na época, os nossos Deputados, muitos estavam aqui já, votaram exatamente com o pensamento nisso. Se eu fizer um concurso público, cobrar 200 reais, e não contratar ninguém, não tenho obrigação legal, e não assumo responsabilidade legal nenhuma por isso, porque estaremos revogando este parágrafo único. Então, não é só pelo fato do concurso da polícia civil, brilhantemente elencado pelo Deputado José Maria Ferreira e pelo Deputado Orlando Pessuti, mas também para evitar no Estado do Paraná a indústria do concurso, por que a universidade, a Polícia Militar, a Polícia Civil, a FUNDEPAR, todos os órgãos do Estado abrirão concurso, arrecadarão somas e não terão obrigação de contratar se abirmos essa brecha legal. Por-

tanto, para manifestar a contrariedade e a permanência da impossibilidade legal de ter a indústria do concurso é que o Partido dos Trabalhadores e o Bloco da Oposição se manifesta contrário a esse parágrafo único, Senhor Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, gostaria de ter a atenção dos Senhores Parlamentares para que eu pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa solicita aos Senhores Parlamentares que tomem assento para que ouçamos o encaminhamento do Líder do Governo.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaríamos de ter a atenção dos Senhores Parlamentares para o encaminhamento deste projeto, Mensagem do Governo do Estado nº 062/99.

É importante que se diga aqui, antes de discutirmos o mérito do projeto, que nós, neste momento, estamos discutindo a constitucionalidade do projeto, em 1ª Discussão estamos discutindo a constitucionalidade. E a sua constitucionalidade foi aprovada na Comissão de Justiça. Então, gostaria de pedir aos Senhores Deputados de que votássemos em 1ª Discussão, e aí eu gostaria de ter a atenção do Deputado José Maria que fez aqui uma proposta, que votássemos em 1ª Discussão para aprovarmos a sua constitucionalidade e a partir do dia de amanhã entrássemos num processo de negociação para discutirmos o mérito do projeto.

Então, Senhores Deputados, votar hoje o Projeto - Mensagem do Governo nº 062/99, eu não vejo nenhum impedimento, de nenhum Parlamentar e não há nenhum argumento que possa aqui dizer que este projeto não é constitucional. Muitos Parlamentares entraram aqui no mérito do projeto e vou me ater apenas na constitucionalidade. Todos os concursos feitos no Estado do Paraná foram anteriores a Lei Complementar nº 96, e é importante que se diga aqui: quando se discute o mérito do projeto, todos os Parlamentares são favoráveis.

Todos os Deputados são favoráveis à chamada dos concursados e até este Deputado aqui é favorável.

Mas, existe uma questão que é importante e é de conhecimento público que o estado do Paraná tem que cumprir a Lei Camata que obriga, exige que o Governo do Estado não contrate ninguém, não aumente funcionários nem os seus salários sem cumprir esta lei. Mas, esta é uma questão para discutirmos a partir de amanhã quando discutiremos o mérito do projeto e aí teria a oportunidade de fazer a defesa.

Então, gostaria que os Srs. Parlamentares se ativessem nesta primeira discussão e nesta primeira votação, na questão da sua constitucionalidade e,

enquanto a sua constitucionalidade ela cumpre todas as formalidades da lei. Como não temos nada que diga que esta mensagem seja inconstitucional não vejo motivo de não votarmos pela aprovação da sua constitucionalidade e, a partir de amanhã, possamos retirar este Projeto da pauta e negociar através da Secretaria de Finanças e de Segurança para entrarmos no mérito do projeto para acharmos uma saída porque tenho certeza absoluta que é do interesse de todos os Parlamentares de preservar os interesses dos concursados mas também fazermos um trabalho para que o Paraná se adeque à Lei Camata porque, num determinado momento pode ser necessária a chamada do concursado mas não é possível devido à falta de recursos.

Então, é uma questão de extrema responsabilidade, sabemos que os concursos foram feitos mas é importante que se ressalte que os concursos foram feitos anteriormente à Lei Complementar nº 96 e se o Diretor da Polícia Civil anunciou novos concursos, não foi com o conhecimento deste líder e também com a nossa aprovação. O Diretor da Polícia Civil, Dr. Newton, tem que se ater à lei e respeitar esta Casa. Para que ele possa anunciar novos concursos primeiro temos que resolver o que está em pendência. Acredito que ele foi infeliz nas suas colocações e não tem aprovação deste líder.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência lembra apenas que quer entender ser a proposta do Líder do Governo que votássemos em 1ª Discussão, portanto a constitucionalidade da mensagem e no acordo feito com o Líder do PSDB José Maria Ferreira, retirássemos da pauta a partir da sessão de manhã para que houvesse um entendimento com o Governo. Se no entendimento desta presidência procede o alegado, não vejo mais necessidade de outros encaminhamentos que não fossem no dia da votação do mérito.

Procede Deputado Valdir Rossoni? Está de acordo, Deputado José Maria?

O SR. VALDIR ROSSONI

Procede.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Estou de acordo, Sr. Presidente.

Só gostaria que fosse primeiro resolvida a questão da contratação deste concurso, pelo menos. Que ficasse sobrestado este projeto até a contratação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Estamos entrando no mérito. Não somos nós que vamos contratar.

O SR. RICARDO CHAB

Para encaminhar, Sr. Presidente?
(Assentimento)

Estive com o Secretário de Segurança em audiência na semana que passou e ele me disse: até meados do próximo mês todos aqueles que passaram no concurso estarão contratados.

Sugiro para essa Casa, como o Sr. coloca numa atitude conciliadora, que deixemos o projeto até a data que disse o secretário, não só para mim, mas para outros Deputados também.

Acho que fica o consenso da Casa. O secretário garante que até meados do mês que vem, após uma audiência com todos aqueles que foram concursados, depois de um panelaço na frente do Palácio. Gostaria sobre-citado o projeto até esse período.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero que V. Exa. entenda a posição dessa presidência. A presidência da Casa não pode entrar no mérito da discussão e nem da promessa do secretário. A presidência recebeu por parte do líder do PSDB, onde aprovar-se-ia em 1ª discussão, até porque a mensagem é completamente constitucional e aí, sim, discutir-se-ia o mérito após tal discussão. Tenho que colocar em votação esta matéria.

O SR. VALDIR ROSSONI

É esta posição que a liderança iria colocar Sr. Presidente, que já estamos em processo de votação, não tem como retirar o projeto regimentalmente. Procedemos a votação da sua constitucionalidade e retiramos a partir do dia de amanhã, para fazermos as negociações.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Aliás uma praxe mais do que comum nessa Casa. Portanto está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Requeiro verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam em 1ª Discussão o Projeto de Lei 063/99, queiram levantar-se.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Só a constitucionalidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não pode ser outra. Estamos só votando isso.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, declaração de voto. Voto favorável pela Constituição. A partir de manhã votarei contra até que faça a contratação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ninguém disse nada ao contrário. Está aprovado, em 1ª Discussão a mensagem. Registrando voto contrário dos Deputados Orlando Pessuti, Péricles Mello, Valdir Pugliesi, Caíto Quintana.

O SR. PÉRICLES MELLO

Da Bancada do PT todo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 211/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que concede Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Faisal A. Raad, proprietário da Empresa La Violetera Indústria e Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 35, de 29.04.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 211/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Senhor Faisal A. Raad, proprietário da empresa: La Violetera Indústria e Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.09.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente em exercício
NEREU MOURA - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 262/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que dispõe sobre as ações e serviços de assistência farmacêutica, executadas, isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem como de possibilidade de funcionamento de farmácia ou drogaria juntamente com outro ramo de atividade. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 51, de 20.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 262/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo dispor sobre as ações e serviços de assistência farmacêutica, executadas, isolada

ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem como da possibilidade de funcionamento de farmácia ou drogaria juntamente com outro ramo de atividade.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 01.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Para encaminhar, o Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

O Item 07, que trata do serviço de assistência farmacêutica, vejo ele com muita preocupação. Por isso, por cautela, estou encaminhando votação contrária, porque é um projeto que tem uma importância muito grande no Estado do Paraná, no momento que temos várias discussões, onde a automedicação no Brasil é uma questão de saúde pública, hoje.

O próprio projeto trata de empresas, como aquelas que vendem produtos, chamadas lojas de conveniência e tem também termo que me parece extremamente perigoso, o termo em inglês, num projeto de lei, que descabido o termo em inglês, no artigo 2º, inciso III, que diz assim: “Lojas de conveniência e *drugstore*.” Só podemos usar em projetos de leis termos em inglês que não tenham tradução na língua portuguesa, *drugstores*, é loja de droga, drogaria.

Então é a mesma tradução que estabelece o item 2º: estabelecimento de dispensação e comércio de drogas medicamentos, insumos farmacêuticos. E logo em seguida item 3º: loja de conveniência e *drugstore*. Está errado, contra a técnica legislativa, cria confusão jurídica! Estamos permitindo, com este termo, a dubiedade de interpretação e aí, inclusive, com esta lei vai ser possível vender alguns medicamentos naquelas lojas de conveniências instaladas em postos de gasolina.

Portanto, com a extrema preocupação com a automedicação, que tem trazido tantas mortes ao Brasil, que é um caso de saúde pública, estou encaminhando votação contrária a este projeto de lei. Espero fazer uma análise melhor ao projeto do finado Deputado Anibal Khury, mas precisa, quem sabe, ser reformulado, colocadas algumas Emendas e ser melhor analisado.

A princípio ele contém erros gravíssimos e não pode ser aprovado em 1ª votação, por isso estou encaminhando contrário.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, acho que até deveríamos adotar um critério porque em 1ª discussão estamos novamente em cima da questão do projeto anterior, estamos votando,

novamente, a questão da constitucionalidade do projeto. E o projeto é constitucional, ele está baseado na Lei nº 9.069, Artigo 74, onde oferece ao Poder Legislativo do Paraná regulamentar esta questão.

Então poderemos, no dia de amanhã entrarmos no mérito e discutirmos esta questão. Mas a questão da constitucionalidade está amparada na Lei nº 9.069, no Artigo 74, da Constituição Federal, que usa na Lei Complementar os mesmos dizeres, em inglês, que o Deputado falou.

Então, Senhor Presidente, acredito que o importante neste momento, é nos atermos à constitucionalidade, e quanto a isso chamo a atenção dos Senhores Deputados que se atenham à Constituição Federal, a esta Lei Complementar nº 9.069, Artigo 74.

O falecido Deputado Anibal Khury se ateve a esta questão e por isso peço aos Senhores Deputados que hoje está sendo votado a constitucionalidade, peço que seja votado favorável e a questão do mérito discutiremos no dia de amanhã.

Agradeço, Senhor Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, devo dizer que estou realmente animado com o pronunciamento anterior e o atual do Deputado Rossoni. Espero também que quando na CCJ e também em Plenário projetos da iniciativa da Oposição estiverem sendo discutidos na sua fase constitucional e de legalidade que também receba do Deputado Valdir Rossoni o mesmo discurso e entusiasmo, coisa que não tem acontecido em outras oportunidades.

Quero dizer, Senhor Presidente, que não estamos discutindo o mérito, neste momento, do presente projeto, mas devo dizer que sei que as farmácias, os farmacêuticos, os bioquímicos, os médicos veterinários, os médicos, os biólogos, têm uma legislação específica que trata da forma, da maneira como deve trabalhar, em que locais trabalhar, o que podem e não podem fazer.

Confesso que tomei conhecimento desse projeto, no dia de hoje, quando li na Ordem do Dia, o inteiro teor do Projeto, tomei inclusive o cuidado de verificar com a assessoria da Mesa, com a sua permissão, se o projeto já tinha sido encaminhado à Comissão de Saúde Pública. O projeto já foi à Comissão de Saúde Pública. Mas vejo que envolve uma série de outros aspectos que deveríamos analisar.

Por exemplo, entendo que esse projeto não pode ser apreciado em seu mérito, no futuro, sem que se ouça a Comissão de Defesa do Consumidor que estamos instituindo nesta Casa. Sem que se ouça também a Comissão da Indústria e Comércio que é presidida com a Comissão de Agricultura, pelo Deputado Edgar Bueno. No aspecto da constitucionalidade, da legalidade, tenho dúvidas se esse projeto pode prosperar da forma como está, porque em tantas outras oportunidades na condição de médico veterinário, fui procurado pelo nosso Conselho Regional de Medicina Veterinária, para que desenvolvêssemos ações, no sentido de impedir que os *drugstore*, comercializassem,

sem por exemplo, produtos veterinários, cuja comercialização é específica das clínicas e dos estabelecimentos, fiscalizados e assistidos pelos médicos veterinários.

Então no aspecto da legalidade tenho também as minhas dúvidas, se esse projeto está revestido de toda a constitucionalidade e de todo amparo da Lei Federal existente ou das Leis Federais.

Por essa razão, voto contrário ao projeto de lei na sua constitucionalidade e na sua legalidade, por não ter o conhecimento total e pleno do conteúdo desse projeto e também não saber se está respeitando as leis e a constituição.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O projeto em questão foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e passou na Comissão de Saúde Pública, está em total e perfeitas condições de ser votado em Plenário. Principalmente no que diz respeito em 1ª Discussão.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, pedi a Questão de Ordem, porque o Líder do PMDB, tem por costume desvios de encaminhamento, querendo no seu encaminhamento, cobrar atitudes desse Parlamentar na CCJ. Não era objeto a ser discutido. Estávamos discutindo aqui um Projeto de autoria do Deputado Anibal Khury, onde através do meu encaminhamento procurei justificar a sua constitucionalidade. Só quero alertar ao Deputado Orlando Pessuti, que não estou aqui para receber ordens ou como devo proceder em Comissões, Sou suficientemente inteligente, não estou aqui para receber ordem de procedimento de qualquer Comissão que seja, porque quero exercer o meu cargo na sua plenitude. Por isso, me reservo o direito de ter o direito de ter qualquer posição, em qualquer Comissão que lá estiver presente e for necessário o meu posicionamento, favorável ou contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente!

O SR. EDGAR BUENO (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, como fui citado pelo Deputado Orlando Pessuti, logicamente que o Senhor já informou que passou pela Comissão da Saúde, da CCJ, gostaria de fazer um Requerimento verbal para V. Exa., para que também pudesse remeter este projeto para avaliação da Comissão da Indústria e Comércio, que além de se tratar da saúde, mas também se trata de uma questão comercial.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Não consta aqui o parecer da Comissão de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Há o parecer da Comissão de Saúde com o Substitutivo Geral que será publicado na sessão de amanhã. O

que é importante saber que estamos votando a constitucionalidade do projeto. Na sessão de amanhã, há inclusive um Substitutivo da Comissão de Saúde.

O projeto está em votação.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Voto contrário dos Deputados Orlando Pessuti, Ademir Bier, Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Irineu Colombo, Edson Strapasson e Caíto Quintana, devidamente registrado.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 332/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Colônia de Pescadores Z-7 de Guaratuba. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 70, de 16.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 332/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Nelson Justus, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar imóvel à Colônia de Pescadores Z-7 de Guaratuba.

Procedida a análise constitucional e legal da matéria, verificamos que não há obstáculos à tramitação do presente projeto nesta Casa, pelo que somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de Pinhais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 85, de 02.08.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 386/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de Pinhais.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis, sendo pois, nosso parecer favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 17.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 386/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, o presente projeto de lei tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de Pinhais.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, entende na necessidade da instalação da referida CIRETRAN, tendo em vista o crescimento acelerado do Município de Pinhais e desta forma agilizar na prestação de serviços relacionados ao DETRAN.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.99.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 434/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar uma área de terras à Prefeitura Municipal de Arapoti. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DO C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 94, de 16.08.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 434/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar uma área de terras à Prefeitura Municipal de Arapoti.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 24.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 434/99

Fica suprimido o parágrafo único do art. 1º, e o art. 2º passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 2º - O imóvel referido no artigo 1º desta lei, será destinado exclusivamente para construção de uma Escola Agrícola de Arapoti e de um Centro de Produção, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se, automaticamente, sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.”

Sala das Comissões, em 24.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

NEREU MOURA - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Algaci Tulio, Carlos Simões, Hermes Fonseca, Cesar Seleme, José Maria Ferreira, Antonio Carlos Belinati, Beto Richa, Durval Amaral, Pastor Edson Praczyk.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, requerimento nº 2046, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. EDGAR BUENO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2036, de autoria do Senhor Deputado Beraldin, com apoio do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2037, de autoria do Sr. Deputado Beraldin, com apoio do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2023, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2025, de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2027, de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.**

Requerimento nº 2028, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2029, 2030 e 2031, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2032, de autoria do Senhor Deputado Antonio Baratter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2033, 2034 e 2035, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2038, 2039 e 2040, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2041, de autoria do Senhor Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2042, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2044, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2045, de autoria do Senhor Deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2006, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em Discussão.**

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Encaminhei informações ao Deputado José Maria de que este requerimento deve ser remetido à Secretaria de Administração, porque existe um Decreto do Senhor Governador. Decreto nº 16/76, que dá poderes de contratações e quem pode prestar estas informações é a Secretaria de Administração.

Então este requerimento está sendo encaminhado à Secretaria, errada.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

De acordo Deputado José Maria Ferreira?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

De acordo, Senhor Presidente.

Estaremos apresentando um requerimento. Eu, efetivamente, desconhecia o Decreto do Senhor Governador.

Amanhã estarei apresentando à Secretaria de Administração.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 06, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Resolução nºs 030, 031/99;

e dos Projetos de Lei nºs 459 e 474/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 009, 062, 211, 262, 332, 386 e 434/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 084, 138 e 326/99.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 375/99

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARIA SEBASTIANA DE FREITAS, matrícula nº 40333, funcionária desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de agente Administrativo N-61, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o art. 248, da Lei nº 6.174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.09.99.

(Prot. nº 7376/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 376/99

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 230/98, referente a aposentadoria de AYRTON ALVES ARANHA, matrícula nº 413, ocupante do cargo de Procurador 3A classe Nu-1, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, nos termos do art. 35, inciso III, letra "a", da Constituição Estadual, combinado com o art. 140, inciso I, da Lei nº 6.174/70, e art. 11 da Resolução nº 52/89, de 21 de novembro de 1989, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, verba de representação conforme o disposto no art. 3º da

Lei nº 8198, de 17 de dezembro de 1985; e de acordo com o inciso IX do art. 37 da Lei Complementar nº 40, de 14 de dezembro de 1981; 35% (trinta e cinco por cento), referente a sete (07) adicionais observando-se, neste, o que dispõe o inciso XIV, do art. 37 da Constituição Federal.

(Prot. nº 1033/98)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.09.99.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário

AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 44/99

mandar contar, para efeito de aposentadoria disponibilidade, em favor de VALDIR MASAMI UEDA, funcionário deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo, N-61, nos termos do art. 35, § 2º, primeira parte, da Constituição Estadual, o tempo de cinco (05) anos, um (1) mês e vinte e sete (27) dias de serviços prestados no Cargo em Comissão Símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, no período de 04 de março de 1983 a 14 de novembro de 1983; e de 14 de novembro de 1983 a 01 de maio de 1988, no cargo em Comissão, símbolo DAS-5, ambos no Gabinete do Deputado Homero Morinobu Oguido.

(Prot. nº 2330/99)

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.08.99.

(Portaria nº 44/99, está sendo republicada, por ter sido publicada com incorreções no D.A. nº 114, do dia 13.09.99)

PORTARIA Nº 51/99

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de LUSMARI TEREZINHA MACHADO, matrícula nº 40521, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o art. 248, da Lei nº 6174/70.

(Prot. nº 6740/99)

PORTARIA Nº 52/99

mandar incorporar, para todos os efeitos, ao acervo de serviço público de SILVIA BITTAR, matrícula nº

40275, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-64, lotada no Gabinete da Presidência, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o art. 248, da Lei nº 6174/70.

(Prot. nº 7817/99)

PORTARIA Nº 53/99

conceder, licença para tratamento de saúde a servidora deste Poder Legislativo, LUCIANE ARAÚJO DE QUADROS, de vinte (20) dias, a partir de 20 de setembro de 1999. (CID. f.33,1).

(Prot. nº 8785/99)

PORTARIA Nº 54/99

conceder, licença para tratamento de saúde a servidora deste Poder Legislativo, SONIA REGINA DA SILVA RAMOS, de noventa (90) dias, a partir de 10 de setembro de 1999. (CID.123.1/9).

(Prot. nº 8717/99)

Gabinete da Diretoria Geral, em 05.10.99.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Deputado Antonio Baratter apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nº 314, 379, 401, 409 e 411/99, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Deputado Antonio Baratter apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nº 318, 413, 414 e 418/99, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Deputado Ângelo Vanhoni apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nº 442, e 427/99 e aos Projetos de Resolução nºs 026 e 027/99, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Deputado Antonio Baratter apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nº 425, 428 e 446/99, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo

Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Deputado Ademar Traciano apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nº 441 e 449/99, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Beto Richa, Hermes da Fonseca, Waldyr Pugliesi, Pastor Edson Praczyk, Durval Amaral, Antonio Belinati, Serafina Carrilho, Moysés Leônidas, Algaci Tulio, Cesar Seleme, Plauto Miró e mais os Deputados José Maria Ferreira, Orlando Pessuti, Luiz Carlos Zuk e Edgar Bueno. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Proposição-Veto nº 026/99 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 463/99 de autoria do Deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Tulio - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 389/99 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Tulio - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 247/99 de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO, com voto contrário do Deputado Hermes da

Fonseca. 05) Projeto de Lei nº 291/99, de autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Durval Amaral. 06) Projeto de Lei nº 476/99 de autoria do Deputado Beto Rica. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho, na forma da emenda anexa. APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 394/99 de autoria do Deputado Tony Garcia. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho- APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 444/99 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO. 09) Projeto de Lei nº 474/99, de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk, na forma da emenda anexa - APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 475/99 de autoria da Deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk. APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 454/99 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO. 12) Projeto de Lei nº 312/99 de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura lido pelo Deputado Orlando Pessuti - APROVADO. 13) Projeto de Lei nº 429/99 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura, na forma da emenda anexa, lido pelo Deputado Orlando Pessuti - APROVADO. 14) Projeto de Lei 306/99 de autoria do Deputado Algaci Tulio. DEFERIDO. 15) Projeto de Lei nº 362/99 de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Hermes da Fonseca - APROVADO. 16) Projeto de Lei nº 412/99 de autoria do Deputado Tony Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes da Fonseca - APROVADO. 17) Projeto de Lei nº 473/99 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi - APROVADO. 18) Projeto de Lei nº 478/99 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi - APROVADO. 19) Projeto de Lei nº 468/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi - APROVADO. 20) Projeto de Lei nº 347/99 de autoria do Deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi - APROVADO. 21) Projeto de Lei nº 383/99 de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 286/99 de autoria do Deputado Nelson Justus. Concedido vistas ao Deputado Algaci Tulio. O Senhor Presidente determina a entrega de cópias a todos os membros da Comissão de Constituição e Justiça; 23) Proposição-Veto nº 19/99 de autoria do Poder Executivo. O Senhor Presidente determina a devolução do presente Veto à Comissão Executiva da Casa, por encontrar-se com prazo expirado para qualquer análise por esta Comissão de Constituição e Justiça. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nº 038, 252, 408 e 430/99, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Deputado Antonio Baratter apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nº 220, 116, 454, 478, 212, 448, 407, 305, 302 269 e 421/99, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, reunem-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e

com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Waldyr Pugliesi, Hermes da Fonseca, José Maria Ferreira, Pastor Edson Praczyk, Carlos Simões, Moysés Leônidas, Algaci Tulio, Cesar Seleme e Beto Richa. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 440/99, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme, na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 456/99 de autoria do Deputado Divanir Braz Palma. O Deputado Relator Cesar Seleme REQUER DILIGÊNCIA - DEFERIDO; 03) Projeto de Lei nº 465/99, de autoria do Deputado Antonio Annibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Tulio - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 187/99 de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Tulio, na forma da emenda anexa - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 300/99, de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Tulio - APROVADO; 06) Proposição-Veto nº 021/99 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Tulio - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 291/99 de autoria do Deputado Péricles Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 462/99 de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões, na forma da emenda anexa - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 492/99 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 491/99 de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 488/99 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 404/99 de autoria do Deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 391/99 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Leônidas Moysés; 14) Projeto de Lei nº 458 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 144/99 de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Carlos Simões; 16) Projeto de Lei nº 306/99 de autoria do Deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca, na forma da Emenda Substitutiva anexa - APROVADO; 17) Projeto de Lei Complementar nº 348/99 de autoria do Deputado Divanir Braz Palma. O Deputado Relator Hermes Fonseca REQUER DILIGÊNCIA -

DEFERIDO. 18) Projeto de Lei nº 482/99 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 480/99 de autoria do Deputado Tiago Amorim Novaes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 481/99 de autoria do Deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 461/99 de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi, na forma da emenda anexa - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 485/99 de autoria do Deputado Antonio Carlos Baratter. Parecer Favorável do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 23) Proposição - Veto nº 018/99 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme - APROVADO, com voto contrário do Deputado Waldir Pugliesi. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andreatta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andreatta - Secretária

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, reuniram-se os membros componentes desta Comissão, presidida pelo Senhor Deputado Edson Strapasson, havendo número legal e não havendo expediente a ser lido passou-se a Ordem do Dia; 1) Projeto de Lei nº 265/99, de autoria do Senhor Deputado Pastor Edson Praczyk. Relator Deputado Péricles H. Mello. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 2) Projeto de Lei nº 186/99, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse. Relator Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 3) Projeto de Lei nº 088/99, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa. Relator Deputado Moyses Leônidas. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Sandra Zampier, Secretária desta Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Sandra Zampier - Secretária